

RTP: local ao global

Maria Érica de Oliveira Lima*

2005

Índice

1	A Televisão em Portugal	4
2	A (re) democratização	7
3	O que é “Serviço Público” de Televisão?	11
4	A abertura do sistema televisivo	21
5	Para entender a RTP	25
6	Objetivos empresariais da RTP e RDP	36
7	As audiências	39
8	Novos projetos	40
9	Reestruturação: recursos humanos	42
10	As receitas	43
11	Desenvolvimento das relações institucionais	44
12	Programação	45
13	Cenas do próximo capítulo	61

*Jornalista PUC-Campinas. Mestre e Doutoranda em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo e Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. Pesquisadora-colaboradora do Núcleo “Mídia Local e Regional”, sob a coordenação da profa. Anamaria Fadul, Umesp. Contato: merical@uol.com.br. Esta pesquisa foi desenvolvida em Portugal (set.2004/abril2005) na Universidade Fernando Pessoa, UFP, sob a orientação do prof. Dr. Jorge Pedro Sousa. Bolseira do *Programa AlBan* (Programa de Bolsa de Alto Nível da União Européia para a América Latina - sob n. I04D00004BR).

14	Regional, nacional ao global	73
14.1	Conceitos	79
15	O que é a Alta Autoridade para a Comunicação Social?	95
15.1	Atribuições	95
15.2	Competências	96
15.3	Funcionamento	97
15.4	Algumas competências	97
15.4.1	Direito de resposta	97
15.4.2	Atividade de televisão	98
15.4.3	Atividade de rádio	98
15.4.4	Inquéritos de opinião e sondagens	99
15.4.5	Falar à AACS	99
15.5	Estrutura	99
15.6	Antigos Membros	105
16	Considerações finais	106
17	Referências bibliográficas	109
17.1	Portais	115
17.2	Sites	115
17.3	Órgãos de Comunicação	116

Resumo

Pesquisa tendo o estudo do local / global na mídia, a partir do exemplo estatal português, RTP. Uma discussão conceitual, sob o olhar na RTP e sua configuração atual. **Metodologia:** Estudo de Caso. **Técnicas:** Histórico-descritivas, bibliográficas, documentais, entrevistas. **Principais conclusões:** A RTP nasceu local / nacional. Depois o canal internacional. No que se trata da regionalização, a Televisão em Portugal apresenta características diferenciadas de outros países, como o Brasil ou Espanha. A regionalização acontece entre produção de programas, temas e focos regionais e canais como a RTP Açores e RTP Madeira, que muitas vezes, produzem programas em Portugal, Lisboa, ou também nas ilhas.

Introdução

Escrever um artigo sobre o grupo de mídia estatal português, RTP, não é tarefa fácil. Entender o contexto da mídia em Portugal, seu histórico, sua cultura de nascimento e suas influências políticas e econômicas, nos faz mergulhar num universo rico e ao mesmo tempo, complexo.

Em Julho de 2004, por conta da bolsa concedida pelo Programa AlBan, Programa de Bolsa de Alto Nível da União Europeia para a América Latina, na condição de Doutorado *Sandwich*, na Universidade Fernando Pessoa, na cidade do Porto, sob a orientação do prof. Dr. Jorge Pedro Sousa foi possível atravessar o atlântico e participar de perto desta reflexão e experiência. Através da história, transformações, evolução, perspectivas futuras, podemos dizer que a mídia em Portugal, seja ela impressa, televisiva, radiofônica, publicitária, vem despertando, ao longo dos anos, uma aproximação entre os pesquisadores brasileiros, universidades e centros de pesquisa portugueses. Nossa primeira intenção é entender este país que pensamos ser tão próximo, mas por suas particularidades e complexidades, também nos é distante.

Sob a perspectiva teórica de uma mídia local, regional e internacional, o grupo RTP, um dos principais do país, foi objeto de estudo desta investigação, cuja metodologia: Estudo de Caso, de técnicas histórico-descritivas, tem por objetivo levar este artigo ao Brasil, através da complementação da tese de doutorado, a ser defendida na Universidade Metodista de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, e também a apresentação em Congressos da área, com o intuito de tentar contribuir para a literatura em comunicação e a valorização do intercâmbio Brasil - Portugal, com o apoio de agências de fomento.

O artigo está baseado nos seguintes tópicos:

Introdução

A televisão em Portugal - um breve histórico de como surgiu a televisão no país;

A (re) democratização - depois de décadas de ditadura sala-

zarista e marcelista a tentativa de um Portugal novo, a partir da democracia;

O que é o “Serviço Público” de televisão - neste prisma apontamos para uma conceituação do chamado serviço público tendo como inspiração o grupo RTP;

A abertura do sistema televisivo - o registro da abertura do capital midiático português ao mercado e novas empresas privadas;

Para entender a RTP - raio X do grupo estatatal português no qual abrange objetivos empresariais, as audiências, novos projetos, reestruturação do grupo, a grade da programação, receitas, desenvolvimento das relações institucionais, cenas do próximo capítulo (destinado à polêmica da demissão em bloco da Direcção de Informação);

O que é a Alta Autoridade para a Comunicação Social - parte em que se apresenta o órgão regulador de Portugal destinado a averiguar, dentre outras atividades, o desempenho da mídia.

A RTP do local ao global, passando pelo nacional - apresenta um levantamento teórico e contexto sobre o que é a mídia local, regional, nacional e global e como a RTP se enquadra.

Considerações finais

Por fim, desejamos que as relações entre pesquisadores brasileiros e portugueses na área de Comunicação e Mídia sejam profícuas e que outros possam participar desta experiência única, seja em Brasil seja em Portugal.

1 A Televisão em Portugal

Enquanto muitos outros países - Estados Unidos e Grã-Bretanha foram os precursores - avançaram nas tecnologias, Portugal, em plena ditadura, “caminhava” a passos lentos nesse rumo. Em 1953 o governo Salazar encarrega Francisco Bordado Machado, então responsável pelo Gabinete de Estudos e Ensaios da Emissora Nacional, de elaborar um relatório, projeto que conduziu à instalação de uma emissora de televisão no país (CÁDIMA, 1996, p.26).

Em julho de 1954 é concluído este relatório, cujo conteúdo visa além do caráter técnico, também econômico. A introdução da televisão em Portugal ainda iria caminhar a passos lentos. Somente no final de 1955 surge, então, a escritura dos estatutos da RTP - uma entidade que iria assumir, por decisão governamental, a concessão do serviço público de televisão. O grande detalhe: em **exclusividade**¹. Mas toda a estrutura da televisão pública seria acompanhada pelo poder Executivo, com regras muito bem definidas.

O pesquisador Francisco Rui Cádima, da Universidade Nova de Lisboa, nos aponta que Marcello Caetano, na época, Ministro da Presidência, foi o responsável a vencer as resistências de Salazar à introdução da televisão em Portugal, pois ficou com a tarefa de conceber o edifício que deveria ocupar a RTP e a constituição da Sociedade, de capitais mistos, que iria compor toda a estrutura da emissora (CÁDIMA, 1996, pp.27-26).

Ainda a passos lentos, o projeto efetivo de uma televisão começou tomar forma em 1956. Em 1957 o governo autorizou a compra dos primeiros equipamentos e dos terrenos para a instalação da RTP. Segundo, Pedro Manuel Coelho, as primeiras emissões experimentais da RTP foram de 1956, na Feira Popular, Lisboa. A primeira ocorreu a 4 de setembro. Até final deste mesmo mês, a data em que cessa o primeiro bloco de emissões experimentais a partir da Feira Popular, foram produzidas 24 transmissões, em cerca de 50 horas (2003, p. 46). Essa fase experimental foi retomada em 1956, 3 de dezembro, já em estúdios, no Lumiar. Mas, como bem lembram os pesquisadores portugueses em Comunicação, a televisão em Portugal se dá 30 anos após o início das emissões regulares da BBC de Londres.

Contudo, somente em 1957, as emissões passam a ser regulares, mas precisamente, em 7 de março. Enquanto isso, segundo Coelho:

¹ Grifo da autora.

Salazar, o presidente do Conselho, permanece divorciado do novo meio, Marcello Caetano, o ministro da Presidência e grande impulsionador da televisão, aproxima-se cada vez mais, aproveitando todas as virtualidades da televisão para estabelecer com a Nação uma ‘intimidade’ cada vez mais forte (2003, p. 46).

Como aponta o pesquisador Rui Cádima, Marcello Caetano, “grande adepto da personalização do poder”, compreendeu, desde logo, a força do meio e da forma como essa força poderia ser utilizada, inclusive, por interesses contrários ao que o Estado pregava. O ministro da Presidência achava a televisão “fortemente corruptível e presa fácil de aventureiros e charlatões” (COELHO, 2003, p. 47) - confissão que revela em 1977, três anos depois da queda da ditadura e 20 anos sobre o início das emissões regulares.

Segundo Coelho, citando o pesquisador Rui Cádima, o então ministro na época, Marcello Caetano afirmou que:

Fui o primeiro membro do governo a utilizar a TV para expor o país, em Junho de 1957, problemas de interesse geral. Não oculto que segui os primeiros passos da Radiotelevisão Portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como chefe do governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era um instrumento ideal para o governo se tornar popular ... se o merecesse (CÁDIMA, 1996, p. 35).

A história em Portugal revela muito bem o conhecimento do então ministro Marcello Caetano com relação a TV. Em 7 de setembro de 1968, após a “‘queda’ de Salazar da ‘cadeira’, na residência de Verão do Presidente do Conselho, no Estoril” (COELHO, 2003, p. 47), o então ministro o sucede, naturalmente,

ao poder. E ao contrário do que pensava o antecessor - pois se dizia que não era bom orador, portanto, difícil manter uma comunicação com o país através da televisão - o Presidente Marcello Caetano não só utilizava a televisão para seus pronunciamentos, “diálogo cara a cara”, como também colocou a televisão ao serviço do governo.

A televisão em Portugal, sob o domínio do governo Marcello Caetano, vai tomando forma. O pesquisador Rui Cádima aponta que em 1969 é o ano “em que a informação televisiva se centrará na figura televisiva de Marcello Caetano”. Começou o programa “Conversas em Família”, cujo objetivo era fazer uso de todo o seu “saber comunicacional”. Estabeleceu com o telespectador uma aliança, “pacto coloquial” apontando, a seguinte colocação na primeira transmissão:

Pareceu-me conveniente que, sobretudo no período que estamos a viver, houvesse possibilidade de contactos frequentes entre os que têm a responsabilidade do poder e o comum dos portugueses. (...) Os actuais meios de comunicação permitem conversar directamente com as pessoas, sem formalismos, sem solenidades, sempre que seja julgado oportuno ou necessário. é essa conversa em família que vou tentar estabelecer de vez em quando através da rádio e da televisão (CÁDIMA, 1996, 213).

Foi esse o panorama de nascimento e desenvolvimento da RTP. O grupo carrega esta marca histórica que vai contribuir para sua condição ao longo dos anos.

2 A (re) democratização

Escrever sobre a mídia em Portugal, mas precisamente, o grupo RTP - Rádio e Televisão Portuguesa é preciso apontar uma contextualização política, econômica que o país passou e vem passando. Por exemplo, as principais reformas do campo midiático e

da comunicação aconteceram no período revolucionário de 1974 a 1975. Na época o governo de António Guterres procurou acompanhar as medidas desenvolvidas pela União Européia, e com isso, melhorar as condições legais referentes às entidades voltadas à mídia e à comunicação.

Porém, as principais reformas ainda estavam por vir. De acordo com a pesquisadora Helena Sousa (2000), da Universidade do Minho, os programas dos dois governos de Cavaco Silva, (Assembleia da República de 1978 e 1992) apresentaram transformações profundas na mídia e nas comunicações em Portugal. Devemos ressaltar que o contexto da Europa, na década de 80, reforçou essa transformação no País. é sabido que a televisão e rádio estavam sob o poder do Estado, apontando para a mídia como um “serviço público” em que não era permitida a entrada do capital privado, no caso de Portugal, e nem tão pouco, surgimento de outros grupos, principalmente, no setor televisivo. Segundo a pesquisadora Helena Sousa (2000, p. 32) esta “tradição européia - bem distinta da norte-americana - foi claramente posta em causa e as pressões para abrir o mercado a novos actores intensificaram-se”.

O desenvolvimento das tecnologias ajudou a montar o cenário da mídia em Portugal. Com o advento do cabo e do satélite, fez com que um grande número de canais de televisão e rádio fosse viável. Segundo Helena Sousa (2000, p. 33) “estas transformações constituíram o pano de fundo no qual se podem ler as reformas estruturais que viriam a ocorrer em Portugal no final dos anos 80 e no início dos anos 90”. A partir daí, com o primeiro governo maioritário - desde o 25 de Abril - estabilidade política, que favoreceu o crescimento econômico, a expansão do mercado publicitário, o surgimento de novos jornais impressos (*Público* e *O Independente*), tecnologia, ou seja, condições favoráveis para o investimento do capital privado na mídia. E por isso, a concentração de um grupo midiático na esfera do Estado, cujo investimento dependia da receita federal, sem publicidade, sem avanços como a mídia privada, assim como as telecomunicações, tudo isso foi colocado em xeque.

Ainda segundo Helena Sousa (2000) foi nessa condição do governo Cavaco Silva, frente ao contexto nacional e internacional que definiu as linhas de ação para a mídia em geral. Propôs a privatização da imprensa que havia sido nacionalizada no período revolucionário; liberou o setor radiofônico, com a venda da *Rádio Comercial*; estimulou a iniciativa privada em âmbito televisivo e manteve um serviço mínimo de televisão e rádio, além de manter pública a agência noticiosa LUSA. “Estes programas do governo não deixaram também de dar considerável atenção às comunidades portuguesas no estrangeiro e aos países de língua oficial Portuguesa, nomeadamente através da RTP Internacional (RTPi)” (SOUSA, 2000, p. 33).

Neste exato ponto, cuja mídia estatal tem o objetivo de aproximar a comunidade portuguesa no estrangeiro, evidenciando assim as transformações que o País estava passando, determinamos a internacionalização do grupo RTP. Essa internacionalização nasceu pelas transformações, avanços e reorganização no campo da mídia em Portugal, apresentando ainda, público-alvo especializado, visto que a comunidade portuguesa se encontra forte em países como França, Suíça, Estados Unidos, Brasil, entre outros.

O rádio foi o primeiro setor a ter nova estrutura. Em Portugal, o sistema operava em regime de duas emissoras (*Rádiodifusão Portuguesa* e *Rádio Renascença*), desde a Revolução, até meados dos anos 80. é sabido que muitos pedidos na década de 70 para legalização de outras emissoras em âmbito local e regional foram solicitados, mas sem nenhuma condição e estrutura para que os mesmos se mantivessem. Este ponto, para nossa pesquisa é fundamental, visto que entendemos o processo do local e do regional da mídia, em Portugal, como algo que está em desenvolvimento, até porque nesse período, a mídia privada não existia e condições por parte do governo para novas emissoras não interessava, ou seja, emissoras de rádio de cunho local e regional começaram proliferar por todo o país sem qualquer estrutura, “enquadramento legal”. Para termos uma idéia, segundo Helena Sousa, no XI Governo Constitucional, atribuiu, em 1989, 310 frequências

locais e duas regionais. Muitas dessas, mesmo legalizadas, foram fechadas por inviabilidade financeira, mudaram de donos, permanecendo, apenas, as frequências anteriores concedidas à Radiodifusão Portuguesa (RDP) e à Rádio Renascença (RR). Mas uma vez, apontamos a concentração da mídia em Portugal nas mãos do Estado. Por exemplo, os jornais impressos - que tinham menor controle em relação às emissoras de TV e rádio - também foram controlados por parte do governo. Somente no governo Cavaco Silva que inverteu este quadro. Buscou-se afastar o Estado da propriedade dos órgãos de comunicação social, jornais impressos; em 1988 e 1989 foram feitos concursos públicos de venda dos jornais *A capital* e *Diário Popular* e das participações públicas na *Sociedade Editora Record* (proprietária do jornal *Record*) e a empresa do *Jornal de Notícias* e na *Sociedade O Comércio do Porto, S.A.* Em 1991 foi vendida a empresa que era proprietária do *Diário de Notícias*. A compra dos principais jornais impressos, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias* foi feito pelo grupo Lusomundo.

As reformas na comunicação social em Portugal se deram tanto no setor radiofônico, quanto na imprensa, porém, a mais complexa foi reestruturar o setor televisivo. A abertura da televisão à iniciativa privada foi o aspecto mais importante da intervenção do governo Cavaco Silva. A Constituição de 1976 só permitia a existência de televisão pública. Apenas em 1989 que foram tirados do texto o não investimento do capital privado em televisão no País. Este momento é de extrema polêmica em Portugal sobre o processo de atribuição de frequências. Segundo Helena Sousa (2000, p. 34):

Cavaco Silva (que geriu pessoalmente este *dossier*) decidiu atribuir - em 1992 - duas frequências de televisão nacionais: uma à *Sociedade Independente de Comunicação* (SIC), liderada por Pinto Balsemão e outra à *Televisão Independente* (TVI), um canal de inspiração cristã, então associada à Igreja Católica.

A partir daí, Portugal contou com quatro canais: dois públicos e dois privados. E segundo a pesquisadora Helena Sousa (2000), tal como no setor radiofônico, as transformações na televisão não foram precedidas de estudos, e, portanto, as implicações das reformas foram poucas analisadas, como as questões de abertura de um mercado; a questão da publicidade como fontes alternativas de financiamento dos canais; as regras de concorrência; os limites, as obrigações da programação dos canais públicos e privados, etc. Mas, e a chamada “televisão de serviço público”, como podemos compreender?

3 O que é “Serviço Público” de Televisão?

A televisão de “serviço público”, em suma, teoricamente, busca preservar um maior grau de independência da sua programação, visto que não está atrelada, puramente, a critérios comerciais. Com isso, não está submetida à orientação dos índices de audiências. Na prática, o serviço público de televisão deve produzir programas que sirvam a todos os telespectadores, incluindo públicos e interesses regionais. Segundo esta lógica, Pedro Manuel Coelho (2003, p. 79), afirma que “regionalizando a programação, ou, em alternativa, criando emissões autônomas para as diferentes regiões”, podemos evidenciar a regionalização numa televisão pública, porquê não?

Contudo, uma emissora televisiva que tenha em seu perfil o serviço público deve ser financiada, mantida pelo Estado, através de pagamentos de taxas ou, até mesmo, indenizações compensatórias atribuídas por contrato ou orçamento. A questão, é que nos parece que a televisão de serviço público se confunde com a “televisão estatal”. Há grandes e profundas diferenças entre uma televisão pública, mantida pelo Estado, e uma televisão estatal, que seja portadora dos anseios do próprio Estado. Mas, essa discussão e reflexão tentaremos trabalhar mais adiante. Segundo Pedro Manuel Coelho (2003, p. 79), em “teoria, a televisão de serviço

público existe para servir os cidadãos, contribuindo para a formação da sua cidadania”.

Para a pesquisadora Helena Sousa², Universidade do Minho, o conceito de serviço público nos remete a seguinte reflexão:

Ora bem, eu penso que tem uma grande distinção entre o serviço público tal como tem sido anunciado nas leis e nos contratos estabelecidos, entre o Estado e a RTP, e o que tem sido implementado. Penso que estamos diante de duas realidades diferenciadas. Temos no quadro legislativo e regulador uma preocupação com os media, objectivos culturais, objectivos informativos, mas aquilo a que temos assistido é um deteriorar do serviço público, uma progressiva comercialização da programação. Agora temos a ideia do segundo canal da RTP que é a de trazer os cidadãos, a sociedade civil para a construção da própria grelha, da própria programação. é uma experiência que está ainda por avaliar. Penso que os verdadeiros motivos pelos quais este projecto tenha sido desenvolvido têm a ver, essencialmente, com questões económicas, porque o Estado quer reduzir os gastos com a RTP. Enfim, há de facto algumas instituições da chamada sociedade civil que estão envolvidas neste processo, mas estamos ainda longe de termos condições para fazer uma avaliação cuidadosa dos resultados desta experiência. No entanto, para já, o Estado conseguiu reduzir o seu investimento na RTP e em particular, na RTP2.

² SOUSA, Helena. Entrevista concedida à Maria érica de Oliveira Lima. Universidade do Minho, Braga, 08/11/2004.

Para o pesquisador, Jorge Pedro Sousa³, Universidade Fernando Pessoa, a questão do serviço público de televisão ainda não é claro como deveria ser. O pesquisador argumenta:

Eu, puro e simplesmente, não sei o que é isso do “serviço público” da televisão. Se o serviço público de televisão é ter uma TV generalista como a RTP1, não sei o que ela é diferente da SIC ou da TVI, ou de qualquer outro canal generalista. Portanto, serviço de televisão é toda a oferta televisiva porque é pública, e isso temos canais por cabo... Não faz sentido falar de serviço público de televisão. Faria sentido, um pouco, o que estão a tentar fazer com a RTP2 - uma televisão de acesso público - em que as organizações pudessem efectivamente ter o seu espaço de televisão. Se o Estado financiar comedidamente um canal de acesso público, acho que, talvez, exista algum argumento para que esse tipo de iniciativa possa ser financiada pelo Estado. De outra forma, não encontro qualquer justificação. Eu extinguiria, puro e simplesmente, a RTP! E mais, daria a iniciativa privada mais recursos para poderem fazer televisão - se necessário. Não vivemos num país rico. As pessoas não se mentalizam nisso. E portanto, a que cortar algumas coisas para permitir que outras fiquem melhor. Que haja aposentadorias, como vocês dizem no Brasil, condignas, que haja serviço de saúde, etc. Tem que racionalizar os gastos, cortar os gastos, mesmo que as pessoas não gostem. Não vivemos num lago de petróleo. Não temos recursos naturais. Nossos recursos humanos não têm a excelência que têm em outros países - também é um facto! Veja, por exemplo, a nossa calamidade a aversão à matemática, que

³ SOUSA, Jorge Pedro. Entrevista concedida à Maria érica de Oliveira Lima. Universidade Fernando Pessoa. Porto, 12/12/2004.

leva muita gente a não apostar em cursos de tecnologia ou semelhantes. . . mas vão as letras para fugir, depois não encontram emprego. Portanto, temos muitos problemas e no caso dos custos, das iniciativas privadas do Estado, temos, efectivamente, que cortar para algum lado. O Estado não pode gastar mais de 50% do rendimento nacional. Mas é isso que acontece em nosso país.

Outro ponto nevrálgico da discussão da TV de serviço público é a questão da publicidade. A pergunta é: será que a televisão de serviço público deve ou não ter publicidade? Para Pedro Manuel Coelho (2003, p. 79) uma televisão de serviço público com “publicidade fica dependente da estratégia dos anunciantes; no limite terá sempre reservas emitir um programa de defesa do consumidor porque daí poderiam resultar críticas a determinados produtos publicitados na estação em causa”. E as alternativas? Bem, segundo o próprio Pedro Manuel Coelho (2003), se tiver de procurar opções de financiamento, estes deverão passar pela produção, posteriormente, venda dos direitos de transmissão, de programas a outras emissoras de outros países. Esta alternativa contribui até para reformular a estrutura da produção, que geralmente, nas TV’s públicas da Europa, são consideradas “pesadas”⁴.

E para que as TVs públicas não fiquem totalmente entregues ao investimento do Estado, qual a alternativa?. Bem, em leituras, encontramos o exemplo do “modelo finlandês” - a estação recorre indirectamente ao mercado, sendo-lhe atribuída uma receita calculada em função das receitas publicitárias dos canais privados. “Assim, os privados disputam entre si o mercado e como forma de compensarem o canal estatal por estar fora, transferem, anualmente, uma percentagem do que recebem. Este apelo indirecto ao

⁴ Em comentário do próprio Pedro Manuel Coelho, o canal de serviço público franco-alemão *Arte* é exceção. Toda a produção deste canal é encomendada pelo mercado. A empresa não possui realizadores, produtores, jornalistas. Eles não possuem estúdios ou câmaras. “No entanto, fazem uma programação de qualidade e referência”.

mercado permite ao serviço público manter a sua independência” (COELHO, 2003, p. 80). Para a pesquisadora Felisbela Lopes, da Universidade do Minho:

não se pode exigir do setor público a prestação de alguns serviços e obrigá-lo simultaneamente à competitividade mercantil (...). Manter a actual contradição do financiamento da TV pública mediante a publicidade, é submetê-la não só aos ataques da concorrência desleal, como a uma lógica de programação que transforma cada espaço num produto que deve ser vendido ao telespectador a qualquer preço (s/d, p. 7).

Pelo que verificamos, em Portugal, o debate sobre o financiamento da emissora pública com recursos do mercado vem tomando sempre o cenário de discussão. Em 2002 operadores privados tiveram diversos contatos com o governo, no sentido de estabelecerem um convencimento ao ministro da Presidência - responsável pela Comunicação Social do Estado - a retirar a publicidade da RTP 1. Essa pressão visa aos operadores assegurarem a sobrevivência das estações de televisão privadas.

Contudo, o recurso à publicidade como forma de complementar a incapacidade do Estado em manter os investimentos a TV pública, condiciona o significado da prestação do serviço público. Para Pedro Manuel Coelho (2003) em Portugal, o erro está na base de ter abolido desde 1991, a taxa de televisão, logo após o surgimento das TV's privadas. Esta decisão política só se tornou inevitável porque o canal continuou a disputar o mercado publicitário. Ou seja, é mais fácil essa atitude, do que conceber e colocar em prática o verdadeiro sentido do serviço público, do qual, possa justificar a existência dessa taxa. Criar esse tributo é manter a RTP atrelada ao sistema do mercado. Com isso, permite que a mesma possa continuar disputando fatias do mercado junto com outros canais privados, que logicamente, possuem naturezas diferentes.

Na verdade, esta discussão de publicidade no canal público nos retoma a várias opiniões. Há pesquisadores, professores de comunicação que aprovam, outros não. De fato, buscar o ideal é difícil. Mas, no caso da RTP, em Portugal, ou em qualquer canal público, espera-se, de primeiro instante, que haja financiamento por parte do Estado, mas que o mesmo seja bem administrado, conduzido. As questões políticas, disputas internas, interferem muito mais no produto final, da produção dos programas, do que o debate em si sobre publicidade. Se existe um conceito sobre TV pública, este deve ser colocado em prática. Na esfera midiática e social, há espaço para as TV's privadas, como para as TV's públicas. São de naturezas diferentes. Portanto, devem manter a programação diferenciada. Mas isso não significa rotular a TV privada com programas de apelação emocional, sexual, sensacionalista; ou da TV pública, em apenas documentários, debates específicos, programas intelectualizados. Cabem desafios de uma proposta complementar. Possivelmente, redefinir, primeiro, a questão da qualidade da programação televisiva, e os conceitos. Assim, sairá ganhando o telespectador, a democracia e as naturezas entre o mercado e o público - que são distintos, porém, complementares.

Para a Helena Sousa a publicidade é estratégia a ser considerada. Argumenta que:

Não se pode desligar a publicidade de toda uma estratégia do serviço público, e digamos, de todo um conjunto de financiamento de canais televisivos num determinado país. Admito a possibilidade de um serviço público de ter publicidade dentro de determinados limites, mas não é necessariamente esta a melhor forma. Há várias possibilidades: no Reino Unido, por exemplo, a BBC não tem publicidade. Em Portugal o modelo adoptado foi a RTP ter publicidade. A sua publicidade tem vindo a ser reduzida. Por exemplo, no tempo do António Guterres, quando ele era Primeiro Ministro, a RTP2 deixou de ter publicidade

comercial. Portanto, passou a ter apenas publicidade institucional e o próprio volume da RTP1 foi também reduzida para 7 minutos e meio, o que significa na prática que essa publicidade que não entra no canal 1 será deslocada para as televisões privadas. Penso que é impossível desligar a questão da publicidade num serviço público de todo o quadro de financiamento da televisão, tanto pública como privada. Enfim, publicidade não pode ser desligada das outras fontes alternativas de financiamento. Portanto, se não há publicidade tem de haver outras fontes claras de financiamento, transparentes que sejam compreensíveis para o público, para empresa, para que as expectativas da empresa não saiam goradas. é importante uma estação de serviço público saiba aquilo com que pode contar para possa desenvolver a sua programação e desenvolver a sua estratégia.

Para o professor de Comunicação, Elihu Katz, o ideal é uma televisão pública sem publicidade, como no “modelo da BBC” - “a prova de que o ‘pagamento de taxa’ pode suportar ‘sem qualquer publicidade, uma estação de televisão que pertence à ‘esfera pública’ e ao ‘público’ e ‘não à administração ou ao meio empresarial’. Uma televisão livre para poder ‘criticar a política, as empresas e’ as ‘instituições sociais’” (JJ Abril/Junho de 2000, p. 26).

Falar de Televisão pública, nos remete também a observar sobre o conteúdo da mesma. Como se dá o conteúdo da programação? Em princípio, uma televisão de serviço público deve produzir conteúdos que possam promover a reflexão e ao debate público. Em tese, que possa contribuir para a formação da cidadania, que possa vir questionar o funcionamento do Estado, outros poderes e instituições. Em suma, deve ser uma televisão de referência, como afirma Pedro Manuel Coelho (2003).

Contudo, em Portugal, a TV pública tem o papel de apresentar ao telespectador o diferencial, ou seja, questionamento da audiên-

cia com relação ao “nivelamento por baixo” das TVs comerciais que continuam a insistir nas fórmulas de *reality shows*⁵, entretenimento superficial e sem preocupação cultural, concursos, seriados, novelas. Ou seja, uma TV de serviço público não precisa “reduzir a amplitude da sua programação unicamente aos programas rentáveis, assim como, “satisfazer os diferentes públicos”, apresentando uma programação “independente da audiência” (WOLTON, 1994, p. 113).

Em citação, no trabalho de Pedro Manuel Coelho (2003), ele destaca dois autores, Yves Achille e Jacques Ibanez Bueno, sobre a questão do espaço da TV pública. Os autores acima salientam que:

Valorizar a educação em detrimento do divertimento, deve envolver o cidadão enquanto fonte de financiamento e simultaneamente como beneficiário desse serviço público (...) esta televisão deve ser o ponto de intercepção dos grandes fluxos de idéias e de informação, bem como o denominador comum das aspirações e dos fantasmas de um público entendido, no seu todo e em conjunto como nação.

Pelo que percebemos, através de leituras dos teóricos e autores da comunicação em Portugal, e também pelo acompanhamento da programação, em geral, não há distinção, referencial, do que seja uma programação de TV pública para a comercial. A partir do momento que a RTP investe no mesmo formato de conteúdo das TV's comerciais, para não perder espaço publicitário, a identidade de “serviço público” é deixado de lado, além de evidenciarmos uma verdadeira crise. Não sabemos o desfecho desta situação. Mas a RTP precisa redescobrir sua identidade enquanto TV de serviço público.

⁵ Enquanto escrevia este artigo na TVI está acontecendo a “Quinta das Celebridades”....

No trabalho de Pedro Manuel Coelho (2003), ele observa o crítico Eduardo Cintra Torres que exclui do serviço público de televisão a maior parte dos conteúdos que a RTP tem apresentado nos últimos anos; estão neste caso: “muitos programas de entretenimento, muitas transmissões desportivas de forte apelo comercial, (...) quase todos os concursos, (...) os *reality shows* (...) e alguma ficção que a RTP produz”.

Salientamos, portanto, qual a obrigação do serviço público, sendo esta a natureza original da RTP. Segundo Cintra Torres (2001, p. 26) a transmissão de “programas para as minorias culturais e outras, programas documentais de vários tipos, ficção histórica ou outra, programas experimentais e realizados com preocupações estéticas, (...) alguma programação desportiva de interesse minoritário, (...) certa programação infantil e juvenil, (...) o cinema que os outros não passam” e não necessariamente “programas de informação, como reportagens, debates, ou noticiários”.

A questão que devemos apontar é: se a RTP tem como sua natureza, origem, o serviço público de televisão, a partir do momento que não cumpre, o próprio conceito fica comprometido. E evidenciamos uma confusão, uma desordem na estrutura da mesma. Para Torres, o conceito de serviço público é universal: “é um serviço prestado por iniciativa do Estado e da sociedade civil que os privados por si não podem, ou não querem prestar” (2001, p. 26).

Estamos diante de um fenómeno interessante para a comunicação e desafios para os estudiosos: a homogeneização das TVs comerciais. Seja nos Estados Unidos, Europa e América Latina, as televisões comerciais desceram todos os possíveis níveis, em nome da valorização da audiência. A televisão se rendeu ainda mais ao espetáculo, ao sensacionalismo e ao entretenimento fútil, no momento em que o telespectador é tratado, simplesmente, como objeto descartado e consumista. Seria este momento a busca do diferencial, da ruptura concreta do que é a TV de conteúdo comercial e de serviço público. Não basta diferenciar entre componentes rotulados, de que TV comercial é “dinâmica”, “atrativa”,

“moderna” e TV de serviço público é “parada”, “chata”, “antiga” e “dá sono”. Enfim, cabe a reestruturação em busca da qualidade. Creamos que qualidade ainda se permanece como um conceito universal e que todos sabem distingui-lo.

O ponto nevrálgico também é a informação. A partir do momento que começou a ser tratada, como mercadoria, e os cidadãos como consumidores contribuíram, ainda mais, para estes fenômenos. Também, porque o “mundo mudou” e com isso a esfera do poder mudou também. A relação de poder entre jornalistas, produtores, patrões e clientes patrocinadores (anunciantes) foram modificadas. A reflexão do jornalista francês Serge Halimi (*Le Monde Diplomatique*), citado por Pedro Manuel Coelho (2003), é pertinente: “entre jornalismo e o poder, reconhece que os ‘*media*’ têm sido gradualmente absorvidos pelos poderes dominantes, que são os poderes económicos e financeiros e dessa forma, não podem assumir-se como contra-poder”. E mais, “em vez de darem voz aos excluídos, são a voz da maioria e um apêndice do poder (...)”. É obvio que o principal nisso tudo não é a responsabilidade social ou compromisso com que seja, mas o “objectivo dos grandes *media* não é informar, mas fazer dinheiro”. Certamente, os jornalistas, produtores, de serviço público sejam mais “independente, porque estão menos sujeitos à pressão dos anunciantes”. A pressão dos grupos económicos, proprietários da mídia privada, chega, na opinião do jornalista francês, a “impor o destaque de matérias que são importantes para os anunciantes, mas não para o público” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16/10/2001).

Contudo, isso nos remete a discussão do exercício da liberdade de imprensa, de expressão, etc. O que não é nosso objetivo em aprofundar aqui, mas vale ressaltar que o cenário atual contradiz o princípio do jornalismo. É fenômeno mundial, o jornalista que não esteja comprometido com os padrões económicos, financeiros e políticos das corporações, seja ela uma grande ou pequena empresa de mídia. Sem contar, da falta de condições dos vínculos empregatícios, da fragilidade das entidades representantes de classe, etc, etc. Essas brechas, deficiências permitem que

o cenário esteja cada vez pior. Por isso, alguns estudiosos observam com pessimismo à condição da prática jornalística. Para o jornalista e teórico francês Ignácio Ramonet (*Le Monde Diplomatique*), o jornalismo “está em vias de extinção”. Hoje, os jornalistas são apenas “operários de uma produção em cadeia”. E as “estrelas dos canais de televisão, ocultam, de facto, centenas de jornalistas reduzidos à situação de meros auxiliares” (IN: ANDRIGA, 2001, pp. 27-28).

De um lado, temos a mídia comprometida com os grupos econômicos, políticos; de outro, o próprio Estado também não cumpre seus princípios. Neste caso, a confusão, a complexidade tende a agravar. Governos que mantêm as televisões e regulamentos ao seu próprio exercício, contribuindo para a diferença nítida entre uma “Televisão pública” ou “Televisão Estatal”. Assim, governos não conseguem desvincular o serviço da televisão aos seus próprios interesses⁶. Terá sido a forma de como foi feita a abertura da televisão pública um dos outros motivos para sua condição atual?

4 A abertura do sistema televisivo

O Serviço Público de Televisão teve um grande impacto com a abertura do mercado. A RTP passou a ter que competir pelo mesmo “bolo publicitário”, com mais duas empresas. Foram abolidas a taxa de televisão, e sua rede de transmissores vendida a

⁶ Em nota, Pedro Manuel Coelho (2003), cita que em Portugal os sucessivos directores de informação que têm passado pela RTP “têm insistido na negação deste princípio, rejeitando, sempre, a tese da interferência dos governos na linha editorial da estação. Mas, ao longo dos anos, sido referidas publicamente, algumas situações de interferência do poder político nos conteúdos da estação pública; mas a maioria, contudo, não chegou à opinião pública. Em março de 2002 o jornal Expresso publicou uma desses casos: quando o socialista António Guterres era Primeiro-Ministro, um elemento do seu governo terá solicitado à direção do canal público, que ‘não enviasse uma equipa de reportagem a Angola para entrevistar Jonas Savimbi’ porque essa entrevista ‘iria criar problemas ao nível da política externa’” (EXPRESSO REVISTA, 29/03/2002).

Portugal Telecom. Com isso, a RTP sofreu uma grande redução das suas receitas e aumento das suas despesas. Essas despesas estavam relacionadas com o pagamento da transmissão de sinal e também com a necessidade de competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos, ou seja, “a disputa por programas, formatos e estrelas inflacionaram o seu preço” (SOUSA, 2000, p. 35).

As dificuldades da RTP foram sentidas imediatamente após a entrada das novas Televisões no mercado português. A 27 de Janeiro de 1995 o presidente do Conselho de Administração, na época, Freitas Cruz, revelou ao jornal de Lisboa, *Público*, que o *déficit* acumulado da empresa, no fechamento das contas de 1994, se elevou a 25 milhões de contos⁷. As dificuldades financeiras da RTP também se agravaram devido ao sucesso comercial da empresa SIC, pois dois anos e sete meses depois da suas emissões, a TV ultrapassou o *share*⁸ semanal do Canal 1 da RTP. Além de estratégias de programação, a SIC conquistou audiência e conseqüentemente uma parte importante do investimento publicitário. Contudo, a emissora TVI não conseguiu o sucesso comercial da SIC e enfrentou - ainda continua - alguns problemas financeiros.

Neste contexto o grupo RTP vem tentando se configurar diante deste nova realidade em Portugal e no cenário midiático português. Para o pesquisador Jorge Pedro Sousa, a RTP não representa uma evolução ou patrimônio da mídia no país. Em entrevista, perguntado sobre a possibilidade de uma privatização do grupo, o pesquisador responde:

Eu sou a favor da extinção da RTP! Penso que ela não faz falta. Puro e simplesmente, eu extinguiria, se

⁷ Fonte: SOUSA, Helena. “Políticas da comunicação: reformas e continuidades”. In: PINTO, Manuel. *A Comunicação e os media em Portugal (1995-1999): cronologia e leituras de tendências*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2000.

⁸ Referente ao índice de Audiência.

fosse político ou me propusesse candidatar-se ao governo, eu extinguiria. . . Não vejo para quê seja necessária - a não ser para está a gastar dinheiro dos contribuintes. Temos um país muito pobre, vivemos num país relativamente pobre, pelo menos tendo a consideração a escala em que nós nos movemos, que é o da Europa. Vivemos num país pobre, que já está farto de desperdiçar recursos. Está a financiar uma estação de televisão pública, no meu ponto de vista, é está, puro e simplesmente, a tirar dinheiro do bolso dos contribuintes para uma tarefa que não é necessária.

Para a análise da pesquisadora Helena Sousa (2000) por um lado à reestruturação do setor televisivo agravou seriamente a situação financeira da RTP; por outro, a reestruturação não trouxe novidades quanto à independência política da estação de Serviço Público. Assim como no passado, a RTP continua a ser vista como uma estação de TV dependente dos interesses dos governos atuais, e incapaz de conseguir um equilíbrio, destaque com relação aos atores políticos.

é sabido, portanto, que estes e outros problemas da emissora estão diretamente relacionados ao fato da empresa nunca ter deixado claro o seu papel, enquanto Serviço Público de Televisão. A partir daí, podemos analisar como uma crise de identidade. Apesar das reformas, também fica claro que ao longo dos anos, não foi colocado à sociedade e à sua própria reestruturação o significado de: “respeito pelo interesse do público”, “exigências de qualidade” e “diversidade”, conceitos que estão presentes em seu contrato de tarefas de um Serviço Público de Televisão.

Neste ponto, para Jorge Pedro Sousa a RTP tem uma história complexa sim, mas deve ser entedida a partir do momento que nem sempre esteve nas mãos do Estado:

Gostaria de dizer que a RTP não nasceu, exclusivamente, nas mãos do Estado. Infelizmente, como todos os excessos revolucionários que se produziram

após 25 de Abril de 1974, a RTP acabou de ficar 100% nas mãos do Estado. O que me parece um disparate total. Eu já veria com muito bons olhos uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada, no campo da televisão, embora, neste momento, ela não é necessária. Quanto a questão de mais um canal, porquê não? Se o mercado aceitar, qual o problema? Eu sou a favor da iniciativa privada. Acho que o mercado deve funcionar. Sou um liberal!

Para Helena Sousa, a história da RTP não é animadora. Uma tragédia que remete aos tempos de ditadura em Portugal, a um passado sombrio que nem sempre tras boas lembranças, mas que faz parte da história deste pequenino país:

A história da RTP não é uma história animadora. é uma história bastante trágica. Se quisermos analisar bem, sempre foi uma empresa que começou no tempo do Salazar, Marcelo Caetano, sempre a serviço do poder - e este, autoritário. Depois, com a democracia, a RTP cresceu, desenvolveu, transformou-se, mas nunca deixou de estar sob a alçada do poder político de formas mais ou menos subtis. Foi muito subserviente ao poder político. Penso que a RTP não tem uma história animadora, mas isso não significa que as coisas têm que ser sempre assim. Não significa que não precisa mudar. Penso que a RTP poderá se afirmar, como um verdadeiro serviço público de televisão. Pode implementar uma outra realidade. A RTP sempre teve legislação, sempre teve contratos de concessão que lhe permitiriam ir mais longe, permitiriam fazer-se posicionar enquanto estação de serviço público completamente diferente. A verdade é que a RTP nunca teve administrações que o quisessem fazer, nem condições políticas, económicas... Nunca tiveram de facto, condições para implementar

e garantir um verdadeiro serviço público de televisão. Contudo, não devemos ser derrotistas. A RTP pode se transformar numa empresa com características diferentes, pode prestar um serviço melhor. Mas não é muito animadora sua história!

5 Para entender a RTP

Raio X do grupo estatal português

Criação da *holding* Rádio e Televisão de Portugal SGPS.

Para além das funções de *holding* (controlo e serviços de suporte), comuns a todo o grupo, a Rádio e Televisão de Portugal SGPS gere 4 áreas operacionais:

Rádio e Televisão de Portugal (RTP) - RTP1, a dois, RTP-Açores, RTP-Madeira, RTP Internacional, RTP-África, RTPN, RTP Memória.



Rádiodifusão Portuguesa (RDP): Antena 1, Antena 2, Antena 3, RDP Internacional, RDP África, RDP Açores, RDP Madeira.



RTP - Meios de Produção;
MediaParque

De acordo com o próprio registro da empresa (2004), em 2002, a RTP e RDP deparavam-se com uma forte crise de identidade, de estratégia e de organização. Como “consequência, os operadores públicos encontravam-se numa situação extremamente negativa a vários níveis”.

A primeira questão era relacionada com “indefinição quanto à missão dos operadores públicos de rádio e televisão no panorama audiovisual”. Ou seja, uma grande crise, pois não se sabia, ao certo, qual o papel e missão do grupo de mídia estatal. Outro ponto importante, era a inexistência de orientações quanto ao posicionamento a ser adotado com relação aos objetivos da empresa.

A partir daí, foi identificado o “incumprimento das obrigações de serviço público”. Neste ponto, a RTP apostava em modelos e conteúdos ligados ou indicados por uma concorrência direta de outras TV's privadas de Portugal. A RTP começou a reproduzir a programação de suas concorrentes.

Resultado desta estratégia? A RTP progressivamente perde a influência na televisão no país. “As audiências da RTP1 e da RTP2 decrescentes de 44% em 1995 para 26% em 2002” (RTP, 2004). Outro ponto relevante para o fenômeno social foi a perda de audiência também no sistema radiofônico: “as audiências da RDP decrescentes de 17% em 1995 para 10% em 2002” (RTP, 2004).

Não pára por aqui o agravamento das condições daquela que representa a TV pública em Portugal. é importante salientar a “falência técnica e a situação financeira” que não anda muito bem desde a década de 90. é preciso destacar alguns pontos, dos quais a empresa enumera:

1. Prejuízos acumulados desde 1990 de 1.200 milhões de euros;
2. Situação líquida negativa de 900 milhões de euros em 2002;
3. Aumento descontrolado do passivo financeiro de 359 milhões de euros em 1996 para 1.003 milhões de euros em 2002;

4. Existência de 9 empresas participadas, 6 das quais criadas nos últimos anos. É importante destacar aqui que todas as empresas criadas eram deficitárias e somando resultados apresentava um acúmulo negativo de 16 milhões de euros em 2001.
5. Situações de incumprimentos recorrentes face as instituições externas (instituições financeiras, fornecedores, parceiros)⁹.

Ainda, neste ponto, acrescentaríamos a questão política vigente. A RTP sempre foi alvo e continua a ser de manipulações políticas nacionais.

Outro fator importante, que merece destaque, os custos de funcionamento muito elevados, e por conta da busca pela modernização e nivelamento pelas concorrentes, a chamada “evolução descontrolada”. Em linhas gerais, os custos operacionais da RTP em 2001 que eram 343 milhões de euros (tendo crescido de 218 milhões de euros em 1996) não foram suficientes para reinvestir na estação pública. No caso da RDP, radiofonia, os custos operacionais em 2001 foram de 59 milhões de euros. A contribuição ativa para investimento do setor, através da aquisição de programas e recrutamento de pessoas era a preços incomportáveis. E a inexistência de instrumentos de gestão e mecanismos de controle empresarial adequados. Junta-se a tudo isso a situação de recursos humanos considerados fortemente desadequados. Os recursos humanos com cerca de 2.300 trabalhadores na RTP e empresas participantes, além dos 1.000 funcionários na RDP foram insustentáveis para a estação pública. Sem contar o elevado nível de absentismo, ou seja, ausência sistemática; elevado recurso a trabalho extraordinário e remunerações acessórias; reduzida polivalência de funções; política de promoções por antiguidade e não por mérito; “cultura de desresponsabilização”. E para finalizar este quadro, elevada instabilidade ao nível da gestão da RTP, ou

⁹ Fonte: www.rtp.pt

seja, na realidade foram 5 administrações e 12 direcções de programas e informação no período de 1995 a 2002.

Segundo a própria RTP (2004) foi preciso uma estratégia e ações por parte do governo para modificar este quadro. O primeiro ponto era fazer um diagnóstico sobre a situação de partida da crise da RTP e também da RDP. Depois das conclusões do grupo de trabalho sobre a situação da RTP e também RDP, apresentou-se um novo conceito de serviço público cujo objetivo foi adotar uma postura mais vocacionada, coerente tanto para o rádio, quanto para a televisão pública. A partir daí, definiram-se as seguintes orientações e estratégias para as empresas de rádio e televisão públicas de Portugal: “objectivos e missões a desenvolver pelo operador público ficaram expressos na nova lei de televisão, setembro de 2003, e no novo contrato de concessão”. Estas informações são públicas no documento intitulado “Novas Opções para o Audiovisual” de dezembro de 2002, que se encontra anexo.

Nos perguntamos, em linhas gerais, o que foi modificado estrategicamente? Para a RTP:

manter um canal nacional de vocação generalista (RTP1), orientado para uma verdadeira programação de serviço público”; “desenvolver um novo conceito para a RTP2, abrindo-a à participação activa da sociedade civil a possibilitando para os parceiros seleccionados, a oportunidade de estabelecer uma via de comunicação directa com o público” (RTP, 2004).

Contudo, Portugal se faz um país presente no novo cenário político-económico com a sua entrada na União Europeia. A globalização se faz presente também. Para Roland Robertson, embora salientando que a globalização é um “fenômeno atual e intimamente relacionado com a modernidade e a modernização, não deixa de notar que este conceito não deve ser visto apenas na perspectiva da história mais recente. Pelo contrário, deve ser ‘aplicado a uma série específica de desenvolvimentos relacionados com a estruturação concreta do mundo como um todo’ (In:

CAMPONEZ, 2002). Por isso, Portugal incluído neste cenário se fazia evoluir. A mídia, a tecnologia de informação, mudanças de conceitos, etc.

Contudo, o governo passou a desenvolver novos conceitos na televisão por cabo, foi criado um canal dedicado à divulgação dos arquivos históricos da RTP, chamado RTP Memória e foi preciso preparar a “transferência dos arquivos históricos da RTP para o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), de forma a garantir a segurança e tratamento de um património de reconhecida importância histórica” (RTP, 2004).

Neste sentido, registamos que o projeto de recuperação do espólio da RTP está mesmo sendo trabalhado pela administração. A recuperação é do arquivo histórico, constituído por um milhão de documentos audiovisuais - dos quais 310 mil títulos em filme, o que representa 25 mil horas de projeção. Os trabalhos de transcrição dos conteúdos para suporte digital ficarão concluídos em 2007 e que todo este processo, anunciado em Dezembro de 2003, vai custar cerca de 13 milhões de euros, segundo Gaspar (2004, p. 61).

Este faz parte do segundo acordo que a RTP faz com uma empresa de Portugal, que em 2003, foi assegurado a conservação de duas mil horas de imagens que necessitavam de intervenção mais urgente. Agora a empresa tem o desafio de restaurar e transferência para o digital um suporte de mais de 13 mil horas. Este trabalho equivale à recuperação de dez mil filmes de longa metragem.

Quando todo este trabalho estiver concluído, dentro de três anos, caberá ao Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), da Cinemateca Portuguesa, a tutela do espólio da operadora de televisão. Em setembro de 2004 foi anunciada a compra do arquivo histórico da RTP por parte do Estado português, que vai pagar 120 milhões pelo espólio, quando este passar para o ANIM (GASPAR, 2004, p. 61).

Outro ponto considerado importante para o investimento da RTP inclui ainda preparar a “autonimização dos canais RTP-Aço-

res e Madeira, através da criação de empresas regionais de televisão mantendo, no entanto, a operação dos mesmos até à sua efectivação” (RTP, 2004).

Neste sentido, registamos que a RTP-Açores, segundo o diretor, Oswaldo Cabral, 40% da emissão prevista para 2005 possa ser composta por produção regional. Um esforço para a estação pública portuguesa que exige recursos humanos e técnicos á disposição. Cerca de 6.400 horas de emissão de 2004 foram preenchidas em 35% por produção local própria. Esses valores representam um aumento de 10% relativamente nos últimos dois anos. Salientou o responsável pela RTP-Açores, Oswaldo Cabral que os “recursos muito limitados do canal impedem uma maior aposta na produção regional” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 58).

Para o diretor da RTP-Açores, a estação pública de televisão vai receber, nos próximos meses, um equipamento de *‘fly away’*, que permite efetuar transmissões de qualquer ponto do arquipélago via satélite. Para a nova grade da produção um pouco mais regional, vai incluir programas dedicados a imigração, desportos radicais, espetáculos de música gravados nos Açores, assim como um reforço dos programas dedicados ao desporto português (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 58).

Outro ponto, salientado pelo governo é “potenciar a RTP Internacional e África, melhorando a sua programação e alargando o seu papel na defesa da língua e cultura portuguesas em todo o mundo” (RTP, 2004).

Registamos que desde o dia 17 de outubro de 2004 o noticiário da RTPN, “Jornal das 24” é visto em todo o continente americano em horário nobre. é um serviço que passa simultâneo a programação da RTP Internacional. é mais um passo de estruturação entre os canais da estação pública de Portugal. Neste sentido, permite-se que as numerosas comunidades de emigrantes tenham conhecimento em tempo real do que está passando na zona de origem. Por exemplo, para muitos madeirenses que vivem na Venezuela o telejornal foi uma grande oportunidade para acompanhar as eleições locais, na época.

Contudo, alguns entraves surgem pelo caminho. Ano passando, o Partido Comunista de Portugal pediu ao governo, que garanta igualdade de tratamento na Suíça entre a RTP internacional e outros serviços públicos europeus, “alegando que o operador de cabo local excluiu o canal português do seu alinhamento, desde o dia 1 de dezembro (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 57).

O pedido foi feito pela deputada comunista Luísa Mesquita que entregou um requerimento à Assembléia da República, no qual questiona essa decisão do operador de cabo suíço Cablecom.

A deputada solicitou ao Governo português que “informe sobre ‘se pretende tomar algumas medidas’ e ‘garantir, naturalmente, um tratamento para a RTPi idêntico àquele que enquadra nos serviços públicos de outros países europeus’” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 57)..

No requerimento a deputada explica “os milhares de portugueses que residem na Suíça alemã, se pretenderem ter acesso à RTPi em suas casa deverão pagar 25 francos (4 euros) mensalmente. Consideram os emigrantes que ‘a empresa os discrimina objectivamente, apesar de oficialmente constituírem a terceira maior comunidade estrangeira” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 57). E que a estação pública espanhola e italiana não foram alvo desta diferenciação.

Ainda como estratégica e ações do governo, “preparar a televisão pública para os desafios das novas plataformas, nomeadamente no domínio do digital e da multimédia”. Neste sentido, o debate e o desenvolvimento estão em aberto em Portugal. Outro ponto de extrema importância é: “estabelecimento de um canal dedicado à informação regional, potenciando e aproveitando a capacidade de produção de informação das regiões”.

No âmbito internacional sobre a RTP é preciso re-orientação. Segundo a estação portuguesa, houve um “aumento do peso da programação própria, evitando a mera reposição de programas da RTP1, 2 e Antena 1, 2 e 3; houve um aumento do peso da programação em directo em simultâneo com a RTP1, 2 e Antena 1, 2 e 3, garantindo uma maior actualidade dos programas repetidos; tam-

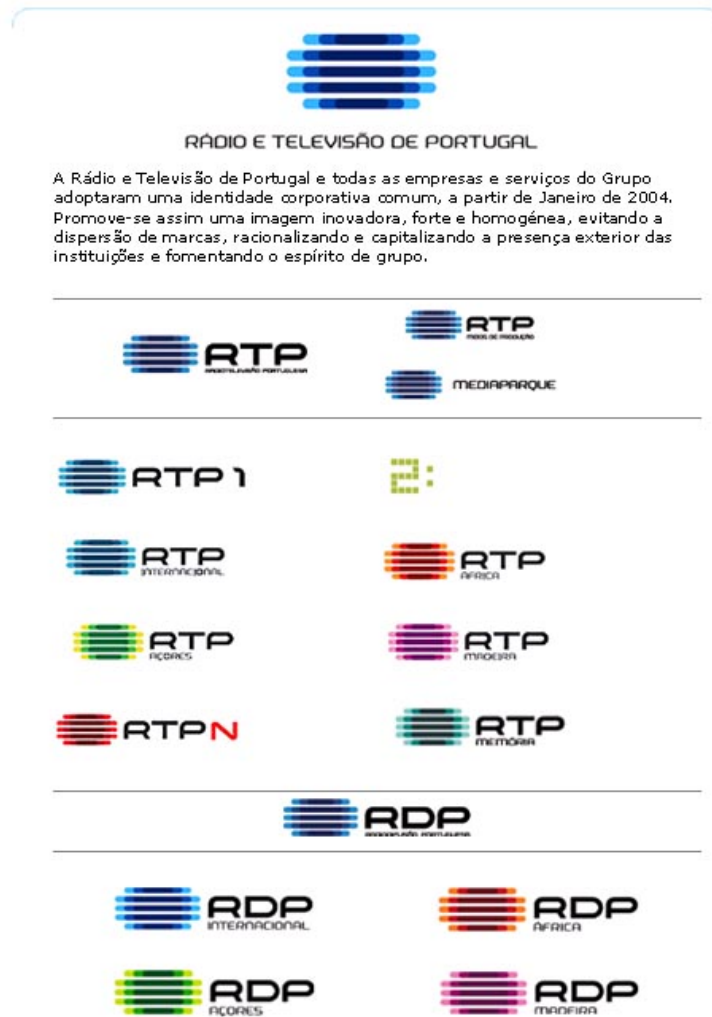
bém um aumento do peso da programação de matriz local, cujos objetivos são:

1. Proporcionando uma colaboração mais estreita com as instituições locais;
2. Aproveitando e desenvolvendo o potencial existente nos países lusófonos;
3. Assumindo as co-produções como um modo de cooperação” (Fonte: www.rtp.pt 2004).

Apresentamos a seguir a estrutura da RTP e em seguida a nova imagem do grupo.



Nova Imagem (Fonte: RTP - www.rtp.pt 2005):



Edifício Sede:



Implantado num amplo espaço de **35.000 m2**, o edifício onde fica instalada a **Rádio e Televisão de Portugal SGPS SA**, projectado pelo **Arquitecto Carlos Ramos**, mantém uma notável modernidade da sua traça aliada a uma elevada funcionalidade. Nos seus **19.000 m2** de área construída ficam instalados os **serviços centrais da Rádio e Televisão de Portugal SGPS SA**, bem como os **serviços operativos centrais da RDP** e da **RTP – Serviço Público de Televisão SA**, concentrando-se num único espaço serviços anteriormente instalados em três edifícios.

A obra de adaptação bem como a de construção do novo **estúdio de televisão**, do **parque de estacionamento** e do **edifício de apoio técnico**, desenvolveu-se em apenas sete meses, numa extraordinária demonstração de capacidade de todos os envolvidos neste projecto.



Fonte: RTP - www.rtp.pt 2005

6 Objetivos empresariais da RTP e RDP

Segundo informação da própria RTP (2004) os principais objetivos para os próximos anos estão na ordem de racionalizar a estrutura empresarial da RTP e RDP; Introduzir uma lógica de gestão rigorosa e orientada à eficiência; Potenciar as sinergias entre a RTP e RDP; Reduzir os custos de funcionamento da RTP e RDP em 110 milhões de euros por ano, a partir de 2003 (RTP, 2004).

Neste tocante citamos alguns pontos no processo de reestruturação e resultados obtidos, como as “Alterações substanciais ao nível de conteúdos e política de programação, apostando numa clara matriz de serviço público”. Segundo a RTP (2004) podemos citar alguns exemplos:

1. Lançamento de novos programas e formatos nas áreas de conteúdos prioritários de serviço público;

2. Eliminação de programas sensacionalistas ou com conteúdos ofensivos e aposta em recreativos de qualidade;
3. Estabilização da grelha e cumprimento de horários, tendo como objectivo a reposição de uma relação de confiança entre o serviço público e o espectador;
4. Valorização da informação, com a criação de novos espaços de jornalismo televisivo, e aposta numa informação de referência, credível e isenta;
5. Criação de linhas de programação especial na informação e nos programas, com várias emissões especiais que permitiram à RTP e RDP afirmar-se como operadores activos, com capacidade de marcação da ‘agenda’ da televisão e da rádio, e cumprindo melhor a sua missão de serviço público;
6. Centralização de todos os projectos de produtores externos e realização de encontros institucionais com produtores e guionistas iniciando uma relação transparente com os produtores privados e agentes do mercado;
7. Reestruturação de toda a área de programação, dotando-a de massa crítica capaz de criar e produzir conteúdos de serviço público;
8. Aposta em conteúdos de ficção nacional e documentários (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2004).

Com relação a RDP destacamos algumas estratégias, como a manutenção de três antenas de âmbito nacional, cujos desafios são diferenciados:

1. Dinamização dos conteúdos da Antena 1, nomeadamente na área informativa;

2. Dinamização da programação da Antena 2, contribuindo para a revitalização e rejuvenescimento dos públicos;
3. Manutenção da Antena 3, orientada aos públicos mais jovens (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2004).

Também manter outras antenas da RDP e respectivas missões, promovendo a dinamização das respectivas programações:

1. Antenas regionais nos Açores e na Madeira;
2. Antenas internacionais orientadas para as comunidades portuguesas no estrangeiro e para os países africanos de língua portuguesa (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2004).

Durante o nosso coleta de informações e conhecimento do grupo RTP, destacamos alguns dados que são importantes para registro. Apresentamos:

1. A RTP1 eleita, no estudo “Marcas de confiança 2004” como a marca de televisão em que os portugueses mais confiam, com 40% das preferências (subindo de 27% em 2003).
2. A estação pública anunciou o encerramento do serviço de Chat do Teletexto. Por conta da “degradação verificada em muitas participações do público” nas conversas via televisão. De acordo com Gonçalo Reis, administrador da RTP, essa decisão se deu a constatar que surgiu no serviço vocabulário obsceno. Apesar da estação pública ter tentado, por várias ocasiões, impedir que esse tipo de linguagem entrasse na linha, existiam sempre pessoas que insistiam e conseguiam ‘furar’ as barreiras. Admitiu-se que “a situação era inaceitável e o encerramento ter sido a alternativa”. “O chat no teletexto da RTP surgiu em 2001 e pretendia ser ‘um espaço de comunicação livre onde os utilizadores trocavam mensagens e comunicavam directamente entre si’”.

3. A “imagem corporativa da RTP foi distinguida com uma Menção Honrosa na categoria de “Melhor Imagem Corporativa” no âmbito dos Prêmios Design Briefing/Millennium CBCP 2004 (SANTOS, 2004, p. 61).

7 As audiências

Recuperação das audiências. Assim mostra o quadro sobre o índice de audiência da RTP1 e RTP2 em relação aos anos de 2001 a 2004. Principalmente, um crescente número significativo dos últimos dos anos (2003 e 2004), mostrando, inclusive, uma estabilidade do Jornal da Tarde (RTP1) e o crescimento do índice no Telejornal (RTP1).

Apesar do nosso artigo não ter a proposta do registro das audiências ou mesmo um estudo de recepção, o que nos remeteria a uma outra metodologia, vale destacar esse fenômeno de crescimento das audiências, tendo como pano de fundo ainda, uma mídia competitiva em Portugal. Esses números podem nos dizer algo: depois das crises, uma retomada do grupo estatal português?

Audiências	2001	2002	2003	2004*
RTP1 + 2:	25.7%	26.4%	28.8%	29.2%
Telejornal da RTP1	24.3%	24.2%	28.2%	29.3%
Jornal da Tarde RTP1	29.9%	32.9%	36.0%	36.4%
RTP1 + 2: Clã	26.2%	26.5%	29.7%	30.7%

*(Até 15 de Março) - Fonte: RTP. In: www.rtp.pt

Neste sentido, registramos que o programa sobre a cobertura eleitoral, na RP1, no dia 22 de Fevereiro, conseguiu uma média de espectadores e o melhor *share* do dia. O canal público não vencia uma cobertura de noite eleitoral desde 1994: “temos de recuar a 12 de Junho de 1994 para encontrar a última noite eleitoral (Europeia) ganha pela RTP1”, segundo matéria no Jornal de Notícias (MARGATO, 2005, p. 57). Calculado entre os que estavam a assistir televisão, naquele momento, a RPT1 permitiu uma

grande folga em números em relação as concorrentes. O recente resultado superou a sua média mensa,, situada nos 24,1%, de 1 a 19 de Fevereiro.

Nem mesmo a maior duração do programa da RTP1 afetou a audiência média de 13,3% e o *share* de 36% registrados (MARGATO, 2005, p. 57). A estação pública conseguiu contrariar a tendência com níveis de público que não oscilaram muito durante a edição.

O programa da RTP durou 5.26 horas, enquanto o da SIX não foi além das 4.33 e o da TVI das 4.11 horas - o que começou mais tarde, um minuto antes das 20 horas. O especial da estação de Queluz pontuou 27,8% de *share* e 10,5% de audiência média e o da SIC recuou aos 21,4% e 8,3%, respectivamente (MARGATO, 2005, p. 57).

A emissão da RTP conseguiu prender uma média de 1,2 milhões de pessoas. Do público que aderiu à cobertura da RTP o destaque vai para o peso das classes altas e do género masculino. Por fim, só na edição do programa noturno, dedicado a eleição em Portugal, houve mais homens do que mulheres na recepção. A presença dos segmentos sociais mais elevados foram superiores em cerca de dez valores em relação às televisões privadas.

8 Novos projetos

Para o grupo de mídia estatal português, os novos projetos visam ainda mais deixar forte a marca RTP, que busca através de novos investimentos, modernização acompanhar a evolução dos tempos. Para o grupo há ainda o lançamento do novo modelo da RTP2, cujo foco é “baseado no conhecimento, aberto a parcerias com a sociedade civil e com nova imagem”.

Busca-se também o “reposicionamento da NTV como canal dirigido à totalidade do território nacional, mas com proximidade a cada região através de conteúdos específicos e com pendor informativo. Preparação para a transição para a RTP-N”.

A preparação para o lançamento do canal RTP Memória, também a cabo, e não somente aberto.

Outro grande desafio, mas que inclui na pauta de novos projetos para a estação estatal, “a redução dos custos operacionais da RTP e RDP de 402 milhões de euros em 2001 para 277 milhões de euros em 2003” (RTP, 2004).

Custos operacionais	2001	2002	2003	2004*
RTP	343M€	283M€	226M€	212M€
RDP	59M€	62M€	51M€	48M€
Total	402M€	345M€	277M€	260M€

*(Estimativa)

Pois se pretende uma “redução de 125 milhões de euros ano já em 2003, comparando com 2001, acima dos objectivos das “Novas Opções para o Audiovisual” (110 milhões de euros ano). Os custos operacionais da RTP em 2003 ficaram abaixo do nível de custos em 1991 (255 milhões de euros em 1991, a valores ajustados pela inflação) (RTP, 2004).

Outro ponto para projeto é a reestruturação da dívida da RTP, ou seja, através de um “empréstimo de 800 milhões de euros junto do *Depfa Bank*, substituindo uma série de outros empréstimos distribuídos por outros bancos, em condições mais vantajosas, permitindo poupanças anuais superiores a 15 milhões de euros em custos financeiros” (RTP, 2004).

Por fim, a “renegociação e controlo de custos de programação e de fornecimentos e serviços de terceiros da RTP e RDP” (RTP, 2004).

Podemos ainda incluir nesta amostragem que a RTP juntamente com a RDP podem aproveitar alguns elementos em comum, por exemplo, “a integração de todos os serviços administrativos e de suporte, pois a concentração das instalações das empresas estão em Lisboa”; “Utilizar em comum as estruturas regionais e internacionais”; “Realização de compras e negociações comuns junto de fornecedores”; “Promoção da mobilidade e po-

livalência entre os recursos humanos e técnicos das duas empresas”; “Uniformização da imagem corporativa das duas empresas” (RTP, 2004).

9 Reestruturação: recursos humanos

Neste tocante, recursos humanos e melhoria da produtividade, a RTP aposta na adequação de pessoal, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro de pessoal	2001	2002	2003
RTP e empresas participantes	2330	2041	1753
RDP	994	923	786
Total	3324	2964	2539

Fonte: RTP www.rtp.pt 2004

Estes resultados mostram a redução dos níveis de absentismo e do trabalho extraordinário.

A RTP ainda conta com:

1. Lançamentos das bases de modelo de avaliação do pessoal, planeamento de carreiras e gestão por objetivos.
2. Correção das situações de salários exageradamente elevados: salário mais elevado na RTP em 2002: 40.000€ mês (vários casos); salário mais elevado actualmente: 15.000€.
3. Implementação de processos de trabalho mais eficazes na RTP e RDP.
4. Lançamento de mecanismos de controlo, sistemas de informação de gestão e desenvolvimento de uma lógica de rigor na RTP e RDP” (RTP, 2004).

10 As receitas

Segundo a própria RTP com relação às receitas (ver anexo relatório) é preciso algumas medidas, das quais apresentamos:

1. Dinamização comercial e crescimento das receitas da RTP, apesar da limitação do tempo de publicidade: receitas cresceram de 39 milhões de euros em 2002 para 48 milhões de euros em 2003;
2. Dinamização da oferta de multimedia e duplicação das receitas de 2002 para 2003.
3. Lançamento do *MediaParque*, no Porto, que deverá constituir-se como uma fonte adicional de prestação de serviços.
4. Alienação de activos excedentários” (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2004).

Neste sentido, registamos que a RTP criou uma empresa para gerir o *MediaParque*, na cidade de Gaia. A ideia foi de concentrar no mesmo local, empresas ligadas à indústria dos *media*, criando o maior parque tecnológico de Portugal, com a presença de operadores de televisão, produtoras, agências de publicidade.

A RTP assinou um acordo com a autarquia gaiense para a ampliação da área construída onde agora funcionam os Estúdios da RTP no Porto. A nova empresa, faz parte do grupo RTP, conta com capital da estação pública, mas deve também ter participação de outras entidades, segundo Augusto Azevedo, administrador-executivo da *MediaParque S.A.* (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 56).

Os custos do *MediaParque* são partilhados com os parceiros. Esta possibilidade já tinha sido avaliada há alguns meses pelo presidente da RTP, Almerindo Marques. Em Janeiro de 2004 ele afirmou “que seria provável que a constituição da empresa incluísse capitais privados. Tudo porque a futura participação da “holding” Rádio e Televisão de Portugal “não se dedica directamente a

actividades de serviço público consagradas no contrato de concessão” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2004, p. 56).

“Os objectivos propostos pela RTP são obter receitas pelo arrendamento de instalações e facturação de serviços gerais, de produção operativa e de formação profissional, entre outros objectivos”. Segundo o JN “a ideia é também diminuir custos através do redimensionamento de equipas, do aumento de partilha de capacidade instalada e pelo incremento dos níveis de eficiência”.

O projeto *MediaParque* foi mencionado pela primeira vez pela administração da RTP em finais de 2002, como um projeto para desenvolvimento da produção audiovisual no Norte.

Em 2005 a RTP deverá receber um financiamento de 150 milhões de euros. Segundo a dotação orçamental proposta pelo Governo. Pois cabe à comunicação social a fatia de 168,1 milhões de euros - um aumento de 6,9% face à estimativa para 2004.

Porém, segundo o ministro do Estado e da Presidência Nuno Morais Sarmiento, que tutela a pasta, estimou em 2003 (altura em que foi lançado o plano de reestruturação do operador público de rádio e de televisão, que no próximo ano seriam necessários 150 milhões para financiar a RTP. Para que a empresa alcance os 200 milhões calculados pela administração como necessários para o funcionamento de 2005, são ainda contabilizadas as receitas da contribuição para o audiovisual - taxa cobrada aos consumidores de electricidade - que em 2005 passam a ser de 1,63 euros por mês, o que significa um aumento de 1,8%.

11 Desenvolvimento das relações institucionais

A RTP em Portugal visa parcerias com outras instituições cujo objetivo promover a cultura, produção audiovisual, como o “apoio ao cinema através do ICAM e da assinatura de 170 contratos de co-produção, no valor de 6.5 milhões de euros”. Também a reformulação do protocolo de apoio ao cinema, garantindo uma verba fixa de apoio ao ICAM” (RTP, 2004).

Segundo o grupo estatal português, também se busca a regu-

larização das relações com entidades, as quais a RTP mantinha diferendos prolongados e citamos a seguir:

1. Confissões Religiosas (assinatura de novo protocolo, garantindo a emissão dos respectivos conteúdos e estabilizando o modelo de colaboração);
2. Sociedade Portuguesa de Autores (acordo quanto ao pagamento de direitos de autor e conexos pela RTP e RDP);
3. Resolução da dívida da RTP à PT, que ascendia a 100 milhões de euros, e que vinha a crescer há uma década sem resposta por parte da RTP. Regularização dos pagamentos de serviços correntes à PT;
4. Pagamentos de dívidas acumuladas a uma série de fornecedores e estabilização de relacionamento comercial com parceiros;
5. Preservação do arquivo histórico da RTP: assinatura de protocolo com Tobis, assegurando a transcrição, de mais de duas mil horas de conteúdos do Arquivo RTP, em filme, para o suporte Betacam Digital;
6. Assinatura de protocolo entre RTP, SIC e TVI estabelecendo a redução do tempo de publicidade comercial na RTP1 para 6 minutos, a limitação dos patrocínios na “2:”, e garantindo uma série de obrigações para os três operadores relativas a programação cultural, para minorias, ficção e documentário, linguagem gestual, legendagem em português através de teletexto e distribuição de conteúdos da SIC e TVI na RTP Internacional e RTP África” (RTP, 2004).

12 Programação

Através da programação das Televisões do grupo RTP é que podemos verificar algumas produções de cunho regional. O que não

quer dizer ou ser considerada a RTP um grupo de mídia regional ou que esteja em processo de regionalização. Afinal, para isso, precisaríamos de uma estação televisiva de fato ou sistema de afiliada, o que não é o caso português. Porém apresentamos a seguir o perfil de cada estação e alguns programas de cunho regional, cuja especificação estão na diferença entre informação regional, programas ou telejornais que apresentam conteúdos das várias regiões do país ou produção regional, programas produzidos em estúdios da própria emissora, como no exemplo de programas da RTP-Açores.

• RTP 1

Perfil:

Canal generalista, com componente comercial e que privilegia a ficção nacional, informação, esporte, e entretenimento. Tem como objetivo proporcionar uma escolha variada dentro da programação. Atende às solicitações dos vários interesses dos telespectadores.

Distribuição:

Portugal Continental, Açores e Madeira.

Na programação:

Encontramos na grade da RTP 1 um programa intitulado “Regiões”. Vai ao ar segunda-feira, terça-feira e sexta-feira, às 18h00 com duração de 30 minutos.

De acordo com a própria RTP 1, o programa “Regiões” tem o objetivo de aproximar as diversas regiões do país dentro da notícia, é o único da TV em Portugal que cumpre essa aproximação:

“Porque os pequenos factos também podem ser pequenas notícias, este espaço informativo acompanha-o ao longo da actualidade em todo o país. O "Regiões" é um programa único em toda a programação da televisão portuguesa. Saiba tudo o que de mais

importante se passa na sua região. Do Algarve ao Minho, se aconteceu e é preciso dizer, o Regiões encarregase disso.

Nem só de grandes temas se compõe a actualidade noticiosa. Para o êxito deste trabalho, é fundamental a acção de todos os espaços RTP espalhados pelo País.

A Lisboa juntam-se o Centro de Produção do Porto e os Centros de Emissão Regional de Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Évora e Faro, não esquecendo as delegações de Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

A RTP-Açores e a RTP-Madeira também contribuem para este serviço noticioso, conferindo-lhe uma abrangência nacional única na televisão portuguesa” (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2005).

• A dois

Perfil:

“O 2º Canal de serviço público constitui-se como um serviço alternativo aberto à sociedade civil” que possa reforçar, pela diferença, os princípios de universalidade, coesão e proximidade do Serviço Público de Televisão.

“O Canal manterá um claro objectivo de defesa da língua e da cultura portuguesas”, mantendo uma identidade própria como meio de comunicação complementar ao canal generalista de serviço público.

“O Canal tem como vocação primordial promover a integração do indivíduo na sociedade e no mundo, combatendo a exclusão social e facilitando o acesso da população em geral ao conhecimento nas suas diversas vertentes: humana, social, artística, cultural, intelectual, profissional, académica e científica” (RTP. www.rtp.pt 2005)

Ainda segundo perfil do Dois:

“a vocação do canal traduz-se numa programação criativa e variada de divulgação de saber, de informação e das artes e espectáculos, direccionada ao desenvolvimento da compreensão da sociedade e das instituições, do melhor conhecimento do planeta, das civilizações e da sua história, da defesa do ambiente e das minorias e da divulgação do papel das confissões religiosas na sociedade”.

Para o grupo estatal, o canal tem uma programação de qualidade, “direccionada para as múltiplas necessidades dos diversos públicos específicos, e em particular para os públicos mais jovens, para as minorias e para os cidadãos com dificuldades acrescidas de comunicação ou mobilidade” (RTP, www.rtp.pt 2005).

Distribuição:

Portugal Continental, Açores e Madeira.

• RTP-Açores

Perfil:

“Há muito que os Açorianos ansiavam pela chegada da televisão às ilhas, mas o sonho só veio a tornar-se realidade na sequência das boas vontades reunidas após o 25 de Abril de 1974, sendo então presidente da RTP, o General Ramalho Eanes.

A ilha de São Miguel foi escolhida para receber o centro emissor, instalando-se os primeiros estúdios num edifício em São Gonçalo, arredores da cidade de Ponta Delgada, após algumas obras de adaptação.

No dia 10 de Agosto de 1975 foi para o ar a primeira emissão de televisão nos Açores, com a duração excepcional de 6 horas. Abriu às 15h30, com uma intervenção do General Altino Pinto Magalhães, Presidente da Junta Governativa dos Açores, e fechou às 21h30 com o Telejornal.

Durante o período das emissões experimentais, que durou dois meses, a televisão emitia cerca de 3 horas diárias. à segunda-feira, o dia de descanso semanal das duas dezenas de trabalhadores da RTP-Açores, não havia emissão” (RTP. www.rtp.pt 2005).

Distribuição:

Arquipélago Açores

A emissão:

Em 2003 a RTP-Açores assegurou um total de 6.265 horas de emissão, o que significou, uma média diária na ordem das 17h00.

A componente regional da emissão da RTP-Açores atingiu, em 2003, o valor recorde de 35,11%, ultrapassando largamente o volume de programas provenientes da RTP2 e ficando apenas a 3% dos programas com origem na RTP1, desde sempre o principal “fornecedor” de conteúdos da emissão regional.

A RTP-Açores reconfirmou a tendência que se vem registando nos últimos anos de crescimento significativo da produção regional, reforçando assim a sua vocação regional e a sua interligação com a sociedade açoriana, apesar do contexto cada vez mais alargado e exigente de oferta televisiva.

A informação, com cerca de 2.000 horas, constituiu a principal componente da emissão da RTP-Açores. O entretenimento, os programas documentais e os conteúdos orientados para o público infantil/juvenil, também marcaram presença significativa na antena regional.

Aspecto importante a reter na análise global da emissão da RTP-Açores em 2003 foi o facto de cerca de 77% dos programas emitidos serem falados em português, um acréscimo na ordem dos 6% relativamente ao ano transacto.

Analisando a emissão da RTP-Açores, exclusivamente na sua componente regional, constata-se que, em 2003, mais de 85% dos conteúdos foram produzidos em S. Miguel, local onde se encontra a maioria dos meios técnicos e humanos da televisão regional. Naturalmente com valores mais modestos, as Delegações da Ter-

ceira e do Faial também deram um contributo importantes para a obtenção dos valores recorde de produção regional apurados no ano passado.

A RTP-Açores, orienta sempre a sua programação com preocupações de serviço público, estando atenta às muitas manifestações culturais que sucedem um pouco por todas as ilhas do arquipélago” (RTP. www.rtp.pt 2005).

Informação:

A RTP-Açores mantém ao longo da sua emissão vários espaços com informação regional, com destaque para o “Telejornal”-Regi- onal das 20h00, o grande bloco informativo Regional.

De segunda a sexta-feira, pelas 13h00, a RTP-Açores emite, o “Jornal da Tarde”, espaço informativo regional que inclui reportagens das Delegações da Terceira e Horta, além de ser o primeiro noticiário do dia, funciona como uma antevisão do que vai ser o Telejornal.

Tendo em conta os sectores vitais da economia açoriana, a informação meteorológica tem um lugar de destaque, diariamente na RTP-Açores.

Destaque ainda para a informação não-diária, constituída por vários programas ao longo da semana, de interesse variado, como debates, documentários informativos e culturais, informação desportiva, etc.

“Bom dia Açores”

“Magazine diário de actualidades, versando os mais variados temas. Integra um pequeno boletim informativo, boletim meteorológico e serviço de agenda. O programa "Bom Dia Açores" terá também novas rubricas, como por exemplo uma revista de imprensa. Uma produção da RTP-Açores com a apresentação de Pedro Moura”.

“Jornal da Tarde”

“De Segunda a Sexta-feira, às 13 horas, a sua hora de almoço é completada com a actualização das notícias que marcam a actualidade regional”.

“Informação Gestual Açores”

“A RTP-Açores transmite todos os dias da semana por volta das 15 horas, o seu Jornal da Tarde-Açores com informação gestual, a cargo da especialista Cidália Correia, correspondendo, assim, a um desejo manifestado há já algum tempo pela Associação de Surdos dos Açores”.

“Telejornal Açores”

“Todos os dias a RTP-Açores leva a todos os açorianos a actualização de toda a informação da região do país e do mundo”.

“O Tempo”

“A actualização das condições metereológicas para que o clima não lhe pregue uma partida durante o dia. No continente e nas regiões autónomas, este boletim inclui também uma previsão do tempo para um período de três dias”.

“Troféu”

“Todo o desporto regional em destaque diariamente neste programa da RTP-Açores”.

Como produção regional destacamos os seguintes programas:

“Todos Para a Caminha”

Visita os mais novos, todas as noites, para os lembrar que são horas de dormir, oferecendo a todos uma história de encantar.

“Artes e notícias”

“Andreia Fernandes volta a apresentar o magazine cultural da RTP-Açores. Desta vez à Quinta-feira, o "Artes e Notícias" vai

continuar a anunciar os acontecimentos culturais para o fim-de-semana e divulgar artistas açorianos.

"Artes e Notícias" conta igualmente com cronistas convidados que analisam os acontecimentos culturais da semana.

é um programa produzido pela Delegação da Terceira da RTP-Açores".

“Especial Informação Açores”

“Neste Programa as térmitas são uma praga que está a destruir os parques habitacionais de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

Este será o tema de um debate, moderado pelo jornalista Victor Alves, e que contará com a presença de proprietários desesperados e técnicos que estudam o problema”.

Qualidade e rigor num programa de informação "especial", onde os grandes temas da actualidade estão sempre em destaque”.

“Angra Jazz 2003”

“A RTP-Açores dedica uma série de 18 episódios à grande música - o Jazz. Gravado ao vivo no 5º Angra Jazz, o primeiro episódio é como uma apresentação musical de todos os grupos que participaram naquele festival, do fabuloso pianista Martial Solal à grande voz de Karrin Allyson, do saxofonista Scott Hamilton ao guitarrista Philip Catherine, da grande orquestra AngraJazz ao sexteto do Hot Clube de Portugal até à virtuosa violinista Regina Carter”.

“Casa dos Açores”

“Os milhares de açorianos espalhados pelos quatro cantos do mundo mantêm com as suas ilhas uma forte e invulgar ligação afectiva. As diversas Casa dos Açores existentes um pouco por toda a parte e as actividades que elas organizam, quase sempre apelando a motivos Ilhéus, são disso prova bastante.

Este programa assentará nas raízes açorianas, divulgando-as através dos seus convidados, que ao longo de cada programa irão revelar as suas vivências e experiências.

"Casa dos Açores" terá ainda várias rubricas: culinária, humor e um espaço de divulgação cultural".

“Teledesporto”

• A RTP Madeira

Perfil

“é um canal de características regionais, alternativo, assumindo a responsabilidade e a missão pela prestação do serviço público da televisão na Região Autónoma da Madeira. Como objectivos centrais tem, no plano interno, fazer chegar a todo o arquipélago a informação e a realidade regional, em todos os domínios. No Plano externo, temos a ambição de levar o mais relevante do nosso quotidiano à diáspora madeirense radicada nas 4 partes do Mundo e, com a ajuda imprescindível da RTPi, trazer a actualidade dessas nossas comunidades aos aqui residentes”.

Distribuição:

Arquipélago da madeira

Programação:

“Notícia RTP Madeira” - Informação regional.

“Jornal das 12” - Informação regional.

“Jornal do dia”, notícias do país e do mundo e também do desporto.

“Destino Madeira” - Produção regional.

“Programa de divulgação de destinos turísticos na Madeira.

Mostrar o que de bom há para ver, estar e visitar na Madeira e Porto Santo”.

“Em Directo” - Produção regional.

“Culturalmente” - Produção regional.

“Programa que aborda aspectos do dia a dia que passam ao lado da grande informação.

O reflectir culturalmente com pessoas dentro e fora da área.

Olhar sobre a actualidade cultural da RAM.

Programa apresentado por Alexandra Costa e com reportagens de Patrícia Xavier”.

“**Cine Parque**” - Produção regional

“Magazine semanal de divulgação de todos os acontecimentos e conteúdos cinematográficos”.

“**Passeio Público**” - Produção regional -

Programa sobre o social na perspectiva do pequeno olhar.

Programa quinzenal apresentado por Licinia Macedo.

“**Estádio RTP Madeira**” - Informação regional - às 22h00

“Espaço semanal da RTP Madeira dedicado à informação desportiva regional e nacional”.

• RTPi

Criada em 1992, a RTP Internacional foi o primeiro canal global em língua portuguesa. A importância da língua portuguesa no mundo foi determinante para o lançamento deste projecto.

Atualmente, dispõe de uma rede base de satélites que permitem a recepção em qualquer ponto do globo, assim como a redistribuição do sinal para diferentes plataformas digitais via satélite.

Ao globalizar-se, a RTPi depressa se tornou um laço de união entre os cerca de 200 milhões de falantes em língua portuguesa, espalhados pelos cinco continentes. Assim, enquanto promove a língua e o país, a RTP Internacional preenche 24 horas de emissão dando prioridade à sua livre recepção num universo de pessoas que se pretende o mais alargado possível.

Programação:

A RTP Internacional segue o modelo de programação de serviço público. Acessível, reflecte a diversidade dos interesses da audiência, variada em género, tipo e aberta à discussão dos mais variados assuntos. Os conteúdos da RTPi provêm dos canais nacionais e regionais da RTP, das estações de TV privadas SIC e TVI, e também da produção própria, em especial, com origem nas comunidades portuguesas.

Para além dos programas de informação, ficção, recreativos, culturais, documentários, musicais, infantis e juvenis, as transmissões de futebol da Seleção Portuguesa e os jogos da 1ª Liga, destacam-se como imagem de marca deste canal. Desta forma, atendendo à linguagem universal dos seus programas, a RTPi apresenta fortes motivos de interesse para públicos que não apenas os de expressão portuguesa. Com esta noção de globalidade, a RTP Internacional reforça o elo de ligação entre os portugueses através daquilo que todos partilham - a língua portuguesa - ao mesmo tempo que se alarga a outras comunidades de espectadores.

Distribuição:

A RTP assegura uma rede de 5 satélites que permitem a livre recepção da RTPi em qualquer parte do globo. Ao transmitir o seu sinal em “aberto”, a RTPi promove a sua retransmissão através dos sistemas de Cabo e satélite Direct To Home.

A RTPi tem uma forte penetração nas redes de cabo, mantendo relações contratuais com dezenas de distribuidores locais em todos os continentes para poder estar mais perto de todos. O potencial de assinantes que diariamente recebe a RTPi através de redes de cabo, sistemas MMDS e plataformas digitais DTH atinge hoje em dia perto de 20 milhões de lares em todo o mundo.

Cronologia:

- 1992 - Início da *RTPi* a 10 de Junho com emissões diárias de 6 horas para a Europa, África e parte da Ásia.
- 1993 - A *RTPi* chega aos Estados Unidos e passa a emitir 12 horas por dia. Nesta fase, 4 satélites asseguram já a cobertura mundial da *RTPi*, completando a cobertura na Ásia/Pacífico através do satélite *Asiasat 2*. Mais de 2 milhões de lares tinham acesso à *RTPi* através de redes de cabo na Europa e América.

- 1994 - A emissão da RTPi passa a estar acessível nas redes de distribuição terrestre dos países africanos de expressão portuguesa (PALOP).
- 1995 - 24 horas de emissão diária e lançamento da primeira página na Internet. Goa e Macau passam a ter a RTPi através de operadores locais de distribuição e a grelha de programas da RTPi inclui programas com origem nos PALOP.
- 1996 - Inclusão da RTPi nos pacotes digitais e sistemas de DTH, casos do Brasil (Brasilsat B1 e DirecTV Brasil), África do Sul (DSTV Multichoice), Canal Satellite (França) e DirecTV Latin America. A RTP abre delegações nos PALOP, Cabo Verde, S^o Tomé, Moçambique, Angola, Guiné e é constituída a TVLP (associação de Televisões de Língua Portuguesa) que inclui, para além da RTPi, as televisões dos PALOP e ainda a TV Abril, TV Cultura e TV Educativa, do Brasil.
- 1997 - é criada a NET RTP, um serviço de informação com meios próprios que visa a troca recíproca de programas e notícias entre Lisboa e as capitais dos cinco países africanos parceiros deste projecto; ainda neste ano, a RTPi chega ao Japão mediante acordo com o operador de DTH, IPC, e a Espanha através do Canal Satellite Digital. O número de lares com acesso à RTPi ascende aos 9 milhões.
- 1998 - Nasce a RTP África em exclusivo para os países africanos de expressão portuguesa e com ela surgem as primeiras co-produções, a primeira das quais, “O Povo das Ilhas”, ficção de 13 programas em parceria com a Radiotelevisão de Cabo Verde.
- 1999 - A RTPi passa a transmitir em digital para África e para a América.
- 2000 - A emissão passa a digital na ásia.

- 2001 - Início das emissões na Internet.
- 2002 - No dia 10 de Junho a RTPi celebra o seu 10º aniversário.
- 2003 - A cobertura do canal internacional da RTPi ultrapassa os 15 milhões de lares.
- 2004 - Mudança para o sistema digital na Europa. (RTP. www.rtp.pt 2005)

• **Informações sobre a RTPi**

RTP Internacional no Brasil

“Como é do conhecimento geral, o operador NET Serviços (cabo) e a plataforma satélite da SKY Brasil suspenderam a retransmissão da RTP Internacional desde o passado mês de Agosto, inibindo os seus assinantes do acesso ao nosso canal internacional.

A RTP esclarece a sua audiência residente no Brasil que esta foi uma decisão da exclusiva responsabilidade destas empresas do grupo Globo, tendo a RTP sido colocada perante um facto consumado, uma decisão irreversível.

Os responsáveis da NET alegaram que a mudança de satélite da RTPi, que entretanto passaria a emitir do Intelsat 805, inviabilizaria a instalação de antenas em todas as suas redes espalhadas pelo Brasil.

Estranha a RTP a justificação da NET precisamente quando a Intelsat e a TV Globo anunciam, através dum Press Release conjunto datado de Setembro, um acordo que permite a utilização do Intelsat 805 como plataforma de distribuição do canal TV Globo pelas quase 110 afiliadas espalhadas pelo Brasil.

Estes são os factos. A TV Globo e a RTP têm em comum o facto de utilizarem a mesma plataforma de distribuição dos seus sinais por todo o território Brasileiro. A RTP assume que tudo fará

para que a NET reconsidere a sua decisão em nome das inúmeras pessoas que se sentem prejudicadas com a decisão tomada por aquele distribuidor.

A RTPi está ainda disponível através da TECSAT e DIRECTV, ambas plataformas de satélite. Mais informações em: www.tecsat.com.br e www.directv.com.br” (Fonte: www.rtp.pt 2005)

Canadá RTP-Internacional... para quando no cabo?

“Em Julho passado a CRTC (entidade reguladora das telecomunicações Canadianas) recusou à RAI-Radiotelevisão Italiana, a autorização para emitir no cabo dentro do Canadá enquanto autorizava outros canais estrangeiros nomeadamente a Aljazeera. Existem cerca de 3 milhões de italianos ou descendentes no Canadá.

O mesmo tinha acontecido já por várias vezes à RTP. Há mais de meio milhão de Portugueses no Canadá. O Português é a terceira língua estrangeira mais falada no Canadá depois do Italiano e do Chinês.

O novo Governo Canadiano nomeou entretanto uma Comissão para reanalisar toda esta questão. A RTP apresentou à Comissão as suas observações sobre esse tema e voltou a apresentar em Outubro passado à CRTC os seus comentários.

Poderá estar em curso uma solução para o problema. A solução beneficiará certamente se os Portugueses residentes no Canadá endereçarem como fizeram no passado, cartas à CRTC, manifestando o seu desejo de ver a RTP-Internacional na lista de canais elegíveis para serem distribuídos pelo cabo no Canadá”. (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2005)

• RTP África

Perfil:

A RTP África permite, 24 horas por dia, que as audiências dos países africanos da CPLP e Portugal tenham acesso, em simultâneo, à mesma programação, com especial destaque para as notícias do dia e para os programas produzidos em e para África - o que pressupõe, também, a colaboração, a vários níveis, entre os Serviços Públicos de Televisão dos seis países envolvidos neste projecto.

Distribuição:

Distribuição hertziana terrestre, por satélite e por cabo, nos países africanos da CPLP e nas redes de cabo em Portugal.

• RTP N

Na sequência da operação de reestruturação do universo RTP - Rádio e Televisão de Portugal SGPS, a RTPN é o seu novo canal para a televisão por cabo.

“Para além de uma remodelação da imagem e uma nova identidade corporativa da RTP, a RTPN surge com um novo conceito e com uma nova programação, sempre assentes na informação, dirigida à totalidade do território nacional, procurando a proximidade a cada região através de conteúdos que lhe são específicos.

Apostando na qualidade e no rigor, a informação ocupará a maior parte do espaço da grelha, tendo a informação regional uma forte presença. Uma das novidades criadas com o novo canal serão os simultâneos com a RTP1 sempre que a actualidade o justifique.

Para além dos espaços noticiosos, a RTPN aposta em magazines e debates informativos sobre questões da actualidade, dando a conhecer protagonistas menos mediatizados e representativos do todo nacional.

Programas de qualidade, alternativos às televisões de sinal aberto e dirigidos ao público específico da televisão por cabo, nomeadamente programas de descoberta e conhecimento dedicados a um público mais exigente e numa linha jovem de entretenimento com enfoque na música, sociedade e desporto”. (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2005)

Distribuição:

Disponível através do canal 11 na televisão por cabo em Portugal Continental, Açores e Madeira.

• RTP Memória

“RTP Memória é um canal generalista que vai repor os melhores produtos disponíveis no vasto e excepcional arquivo da RTP, cuja riqueza fica assim ao alcance da generalidade do público.

Por aqui vão passar quase cinco décadas de programas de grande sucesso, que em muitos casos são verdadeiros marcos históricos da Televisão em Portugal.

Com uma forte aposta na Qualidade, RTP Memória não se assume como um canal revivalista, mas como um espaço onde será possível desfrutar os grandes momentos da Televisão Portuguesa e reencontrar os seus principais rostos e protagonistas. Os rostos do passado, mas também os mais actuais. Porque a nossa memória faz-se todos os dias.

RTP Memória não se esgota nas reposições de grandes programas, porque também vai dar o seu contributo à reflexão sobre temas da actualidade.

Por isso, o canal vai oferecer regularmente programas de produção própria, sobre assuntos que interessam a todos os Portugueses.

Assim se cumpre mais um projecto estratégico do ambicioso plano de reestruturação do Serviço Público de Televisão em Portugal, iniciado há pouco mais de dois anos”.

Distribuição:

“A RTP Memória chegará gradualmente a casa de todos os consumidores de televisão por cabo, à medida que os operadores reprogramarem a sua oferta nas várias regiões do país”.

“A RTP Memória promete mudar o panorama da Televisão Portuguesa”. (Fonte: RTP. www.rtp.pt 2005)

13 Cenas do próximo capítulo

Desde o dia 15 de novembro de 2004 até 01 de dezembro de 2005 foram dias tumultuados para o grupo de mídia RTP. A Direcção de Informação anunciou no dia 15/11 um comunicado oficializando a demissão em bloco. A partir da divulgação, a notícia começou a circular e no dia seguinte tornou-se principal manchete nos jornais de Portugal.

Em princípio da noite do próprio dia 15/11 foi confirmada pelo grupo de mídia RTP a demissão da Direcção, nas quais não foram dadas as justificativas para o sucedido.

O comunicado foi subscrito por José Rodrigues dos Santos, Judite de Sousa, Miguel Barroso, Manuel da Costa e Maria José Nunes, toda a equipe de Direcção de Informação, que na época, afirmou que: “a decisão foi tomada na sequência de duas reuniões, mantidas... com o Conselho de Administração da empresa pública (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53). Também da equipe demissionária fazia parte o jornalista Carlos Daniel, que por exercer funções na redação da empresa, na cidade do Porto, não assinou o documento. Porém, em pronunciamento ao *Jornal de Notícias*, disse que também tinha intenção de deixar a direcção, por “solidariedade para com Rodrigues dos Santos” (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

Ao que apurou, na época, o *JN*, a demissão se deu pelo desagrado do ex-diretor em relação ao processo de colocação de correspondentes no estrangeiro. Num comunicado lido no “Telejornal” da própria RTP, o Conselho de Administração (CA) mostrou-se “surpreendido com a demissão a surgir devido à simples dis-

cordância na colocação de um correspondente” (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

A colocação do correspondente estrangeiro fez parte de um concurso realizado pela RTP para atribuição de lugares em algumas delegações, tais como: Madrid, Guiné-Bissau e Moçambique. Na época, o júri do concurso foi presidido por Rodrigues dos Santos, que teve sua decisão alterada pelo CA da empresa pública.

De acordo com os trâmites internos da própria RTP, após uma demissão o nome de substituição depende de um parecer da Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), neste exemplo, exigiu tempo oportuno para a Administração.

Devemos citar que anterior a este acontecimento, o deputado socialista, Arons de Carvalho - ex-secretário de Estado para a Comunicação Social - requereu no Parlamento sobre a notícia do semanário *Expresso* que dava conta de uma eventual demissão de José Rodrigues dos Santos.

O “eventual” comentário no semanário *Expresso* provocou uma audiência na AACS, quando na época, Rodrigues dos Santos, foi ouvido acerca do requerimento do deputado socialista. Segundo o *JN*, o diretor comentou aos jornalistas, à saída da reunião, que sua “realização profissional não dependia do exercício do cargo. Admitiu, porém, que gostaria de permanecer no posto” (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

Esse acontecimento envolvendo uma suposta saída de Rodrigues dos Santos provocou uma grande preocupação no âmbito político no parlamento português. Durante toda a tarde, após a divulgação da notícia no *Expresso*, os parlamentares de oposição, dos partidos PS (Partido Socialista), PCP (Partido Comunista Português) e BE (Bloco de Esquerda) solicitaram esclarecimentos, pois segundo fonte governamental, o semanário “explicava que a continuidade do director Rodrigues dos Santos no cargo seria algo a ser avaliado”.

Em resposta deste episódio, o partido PSD (Partido Social Democrático) anunciou, na época, a viabilização a audição do CA da

RTP na “Assembleia da República”, mas recusou a ida de qualquer membro do Governo para prestar esclarecimentos sobre o caso.

Paralelamente ao fato da demissão oficial da Direcção da RTP, foi anunciado o adiamento de uma “Grande Entrevista” que estava agendada para o dia 16/11/2004 do então Primeiro-Ministro, na época, Santana Lopes, que seria convidado da jornalista Judite de Sousa (uma das demissionárias). Porém, segundo publicou o *JN*, o adiamento se deu porque o Primeiro-Ministro estava a se preparar para a discussão em plenário do Orçamento de Estado, uma vez que o Ministro das Finanças ainda se encontrava em convalescença (GASPAR; BARROSO, 2004, p. 53).

No dia 17/11/2004 ainda ocupando os principais diários de Portugal, a RTP ainda era notícia já que a mesma anunciava o empenho da Administração em resolver com maior brevidade a substituição do Diretor de Informação, José Rodrigues dos Santos.

Começou o clima de especulação! Segundo informação do *JN*, a procura de uma solução consensual e interna, em que fontes mais próximas do processo apontavam o nome do atual diretor da Informação da RDP, Luís Marinho. “Ele é o nome mais apontado para assumir o cargo, lugar que terá sido ponderado para outros candidatos da casa, como Nuno Santos ou José Alberto de Carvalho, e ainda, Eduarda Maio” noticiou o *JN* (MARGATO, 2004, p. 61). Porém, as especulações continuavam. Os dois últimos nomes citados pelo *JN* eram de prováveis membros dos novos cargos da equipe diretiva. A administração de Almerindo Marques e de Luís Marques, que mantinha boas relações com Luís Marinho, era, segundo o *JN*, “critério prioritário na escolha a boa aceitação que os novos membros possam ter na Redacção” (MARGATO, 2004, p. 61). Luís Marinho foi diretor-adjunto no início da *TVI* em Portugal, e também assumiu outros cargos na *SIC*.

Segundo o *JN*, na época, as motivações que originaram a demissão de José Rodrigues dos Santos, iriam ser apuradas pela AACS, na qual ouviria o ex-diretor e também a administração

da RTP. A AACCS, ainda em novembro de 2004, iria esclarecer que tipo de concurso interno foi estabelecido para merecimento das vagas, a alegação da interferência da administração na escolha de Rosa Veloso, para correspondente em Madrid, uma vez que a jornalista tinha ficado na quarta posição na lista apresentada por Rodrigues dos Santos. A gravidade da eventual intromissão da administração da RTP em contrária a decisão do diretor Rodrigues dos Santos foi durante tempo manchete principal nos diários de Portugal. Portanto, era importante investigar o caráter do concurso. Miguel Barroso, um dos demissionários da direção, em referência no *JN*, citou que: o “concurso era oficial e cumpria todos os trâmites previstos”. Paralelo a questão de comunicação social e administrativa da RTP, a questão política também agitava o cenário. O PSD entrou com uma requisição no Parlamento para uma audiência da administração da RTP e também com o ex-diretor, José Rodrigues dos Santos.

No dia 18/11/2004 a administração da RTP nomeou Luís Marinho, antigo RDP, para substituir José Rodrigues dos Santos. Também José Alberto de Carvalho para os lugares de diretor e diretor-adjunto para Informação da estação pública. Com essas modificações, na época, a RTP tinha para preencher os cargos semelhantes na RDP, já que houve a transferência do diretor e os nomes dos restantes para formação de toda a equipe. Foi cogitado também pela imprensa de Portugal, que poderia haver uma única Direção que pudesse unir RTP com a RDP. Mas, depois da confirmação de Luís Marinho para a RTP, deixando a RDP, essa hipótese não foi para frente.

Com alguns nomes definidos, a imprensa de Portugal começava a especular outros nomes para formação da equipe. O *JN* apurou que José Alberto Carvalho queria trazer para sua equipe um jornalista da *SIC*, que na emissora privada tinha a função de coordenador da edição matinal da “*SIC Notícias*”, e com quem trabalhou durante vários anos na edição no “*Jornal da Noite*”, onde assumiu funções do mesmo género. O jornalista interessado

para formar a equipe de José Alberto era Miguel Monteiro - que teria a tarefa de coordenar o Telejornal.

A imprensa portuguesa continuava na sua busca de informação, notícias precipitadas e especulações quando se tratava dos nomes para ocupar a equipe de Direção de Informação da RTP. Por isso, comentava-se que a escolha do restante dos nomes seria igualmente sensível para a administração da RTP. O fato era que a proposta de uma ruptura com a anterior equipe inviabilizou, pelo menos à partida, as hipóteses de manutenção de Carlos Daniel, subdiretor de Informação para o Centro de Produção do Porto e de Miguel Barroso, ex-diretor-adjunto. Por outro lado, estes jornalistas também tiveram comunicado que só voltariam aos cargos de chefia se o concurso que provocou a demissão de José Rodrigues dos Santos e, “por arrasto, as suas, fosse impugnado, o que a administração não estava disposta a fazer”, segundo referência no *JN* (MARGATO, 2004, p. 57).

Para a direção da RDP, através do site do Clube dos Jornalistas, acrescentou que a indicação de João Barreiros ao lugar de Eduarda Maia, era um dos nomes já referidos internamente. Luís Marinho e José Alberto de Carvalho já trabalharam juntos na SIC, durante o período da direção geral de Emídio Rangel.

Contudo, Luiz Andrade, diretor de Programas, reagiu à hipótese da sua substituição. Ele afirmou ao *JN* que tudo não passava de boatos. Só abandonaria o cargo em 2007, com o fim do mandato. Ironicamente, o diretor de Programa afirma ao *JN*: “parece que tem muita gente interessada em meu cargo” (MARGATO, 2004, p. 57).

Porém, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) continuava avançando na investigação sobre o concurso e estava em busca de ouvir a jornalista Rosa Veloso, a propósito do lugar que lhe foi atribuído, além da administração e de Rodrigues dos Santos. Também coube a AACS emitir um parecer vinculativo sobre as nomeações dos novos diretores, na época, para a RTP.

No dia 22/11/2004 os responsáveis pelas televisões nacionais voltam a fazer parte da agenda política do Parlamento em Lisboa.

José Rodrigues dos Santos foi ouvido pela manhã desse mesmo dia na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS), para logo mais à tarde ter seguido a Assembleia da República, onde prestou esclarecimentos sobre a mesma matéria: “as motivações que originaram o seu pedido de demissão do cargo de director da área informativa da estação pública” (MARGATO, 2004b, 48).

Almerindo Marques, presidente do conselho de administração da RTP, também deu a sua versão aos deputados logo depois do encontro com José Rodrigues dos Santos. E posteriormente, teve um encontro marcado com a entidade que zela pela regulação do audiovisual nacional, a AACS.

Na versão de Almerindo Marques, a atribuição do lugar de correspondente da RTP em Madrid a uma jornalista que não se encontrava entre as primeiras três nomeações propostas pelo júri, que na época, foi presidido por Rodrigues dos Santos, não pressupõe qualquer tipo de ilegitimidade. Em explicação no *JN*, “cabe à administração uma palavra final nestas nomeações” (MARGATO, 2004b, p. 48).

Na edição do dia 22/11/2004 o *JN* publica as seguintes palavras do Presidente da Administração da RTP:

Tivemos boas razões em termos de gestão de recursos humanos para optarmos pela correspondente em causa em detrimento dos seus colegas (...) O primeiro da lista, pediu ele próprio para ser correspondente em África, em Moçambique; os segundos classificados por razões de gestão interna de recursos humanos não apresentavam as melhores condições e, por isso, entendemos que deveria ser o quarto a ocupar o lugar.

No entanto, a suspeita de algum tipo de irregularidade nesta escolha, traduzida no que vulgarmente se chama de “cunha” em Portugal, segundo citação no *JN*, foi totalmente descartada pelo presidente da estação pública. “Não houve, nem haverá nunca,

ingerência do poder político nestas questões de empresa” (MARGATO, 2004b, p. 48) - Palavras do Presidente da RTP, Almerindo Marques.

Porém, as especulações continuavam e também as investigações. Outro ponto de vista também foi considerado, como a desautorização de José Rodrigues dos Santos, relacionado com a escolha do correspondente de Madrid, que originou a desavença com a administração da RTP.

A decisão da escolha dos correspondentes internacionais foi divulgada na RTP via intranet e afixada sem que tivesse sido comunicado previamente, ao diretor José Rodrigues dos Santos. Por outro lado, o júri, presidido por Rodrigues dos Santos, tinha classificado a jornalista Rosa Veloso na quarta posição. As explicações sobre o episódio ainda não tinha sido abordadas pelo responsável pela Informação da estação pública, porque este preferiu, na época ficar em silêncio. Porém, segundo fontes próximas e publicadas no *JN*, “a imposição final da administração e a falta de aviso prévio foram vistas como uma forma de desautorização do então director” (MARGATO, 2004b, p. 48).

Contudo, existem duas versões sobre o conhecimento oficial da colocação da correspondente internacional. Colegas da jornalista dizem que esta já sabia da ida para Madrid antes de se tornar pública, a 11 de Novembro de 2004. Contactada pelo *JN*, Rosa Veloso negou a antecipação.

Porém o Conselho de Redacção veio dizer que não existia efetivamente um regulamento interno para este tipo de concurso, abrindo, um flanco para a variedade de leituras e especulações por parte da imprensa portuguesa.

Mas, para a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) adiantou, na época, ao *JN*, em nota, que neste episódio teria contornos semelhantes ao “caso Marcelo”¹⁰:

¹⁰ A 6 de Outubro de 2004, Marcelo Rebelo de Sousa anunciou que iria cessar a sua colaboração com a TVI, no qual exercia a função de comentador desde Maio de 2000. “Esta decisão surgiu após uma intervenção do ministro Rui Gomes da Silva, que manifestou o seu desagrado pela forma como o Go-

Aparentemente, segundo o que foi referido sobre a matéria, parece ter havido uma interferência de administração numa decisão interna da Direcção de Informação. Mas só depois de ouvidas as partes é que poderemos fazer uma avaliação rigorosa” - Palavras da AACS (MARGATO, 2004b, p. 48).

Dando continuidade ao fato, a AACS também acabou por ouvir toda a equipe da Direcção da Informação, que por “solidariedade”, se demitiu em bloco.

No dia 23/11/2004, mais um capítulo da demissão em bloco da Direcção de Informação da RTP e a imprensa portuguesa destacava que o ex-diretor fazia acusações de “ingerência editorial”.

Mas, para o presidente do Conselho de Administração (CA) da estação pública, Almerindo Marques, explicou em Comissão Parlamentar, que “aceitar a classificação ordinal nos concursos internos iria dividir a empresa, levando à demissão de um quadro superior da RTP a exercer funções algures” (MARGATO; BARROSO, 2004, 53). Assim explicou Almerindo Marques aos deputados algumas das razões que levaram o CA a não aceitar as nomeações propostas pela Direcção de Informação (DI), na época, comandada por José Rodrigues dos Santos.

Ou seja, apontou o *JN*:

verno era criticado por Marcelo Rebelo de Sousa sem que houvesse lugar ao direito de resposta; a esta intervenção seguir-se-ia uma conversa com Miguel Paes do Amaral, presidente da *Media Capital*, na qual este teria pedido a Marcelo que moderasse as suas críticas. A situação foi tanto mais polémica quanto às intervenções do 'professor Marcelo' eram ouvidas regularmente por uma vasta audiência televisiva”. Apesar de a direcção do grupo *Media Capital* ter na altura declarado que a decisão do ex-presidente do PSD foi da sua exclusiva responsabilidade, abriu-se a polémica sobre eventuais restrições à liberdade de imprensa. A Alta Autoridade para a Comunicação Social resolveu intervir e investigar. Foram realizadas audiências com vários dirigentes de órgãos de comunicação social. A AACS acabou por concluir que “houve pressões do Governo e promiscuidade entre o poder político e económico, tanto no caso do "Professor Marcelo" na *TVI*, como no caso da direcção do *Diário de Notícias*, que entretanto mudou de mãos num processo acidentado”.

se a lista proposta pela DI fosse levada em conta por ordem de classificação, demitir-se-ia de imediato alguém que o CA considera importante para a estação pública. Ficaram por apurar contornos mais precisos desta frase enigmática e, pelos vistos, condicionante” (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Mas, quem acabou por se demitir, das funções de Director de Informação, foi o próprio José Rodrigues dos Santos que, entretanto, ficou como sendo o “pivô da história” retratado pelo Telejornal da RTP1.

Na época, o diretor demissionário foi falar também ao Parlamento e explicou a sua decisão, colocando a questão na “balança da moral e da credibilidade”:

O Conselho de Administração nomeou um correspondente em Madrid contra as indicações dadas pelo colectivo editorial da Direcção de Informação e eu não posso pactuar com esse facto, sob pena de me tornar um boneco (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Para Rodrigues dos Santos o cargo de Director de Informação acarreta “um conjunto de poderes que são inalienáveis”, já que, “é o responsável pelos conteúdos informativos. Escolhem-se alguém contra a minha indicação, eu não posso responsabilizar-me pelo trabalho dessa pessoa”, conclui o ex-diretor ao *JN*.

Contudo, a imprensa portuguesa faz a pergunta: houve pressões que o tivessem levado a esta decisão? Rodrigues dos Santos esclareceu na época: “Não fui pressionado, se considerarmos pressão como uma ameaça, directa ou indirecta” (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Uma retrospectiva merece destaque neste episódio. Quando José Rodrigues dos Santos chegou a Director de Informação, foi ele mesmo o responsável, com autorização do CA para a implantação de concursos internos para atribuição de cargos de chefias

ou de correspondentes. “Antes, as nomeações eram feitas por escolha directa e notavam-se muitas influências e arbitrariedades”, explica Rodrigues dos Santos ao *JN* (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53).

Desde Setembro de 2002 foram feitos 14 concursos internos na RTP. Justamente no 15.º, que houve um grande problema entre a DI e o CA. Almerindo Marques, explicou aos deputados que nunca foi levado em conta a ordem de classificação da lista de jornalistas entregue pelo DI, como aponta o *JN*... mas apenas o critério de apto ou inapto.

Apesar deste episódio, o presidente adiantou que a jornalista escolhida, que ficou em quarto lugar na lista da DI, tem mais qualificações do que o segundo da lista: “ressalvados os critérios jornalísticos, a colocação de um correspondente é um acto de gestão, o concurso não foi homologado pois a DI considerou apenas a escolha por critérios editoriais”, explicou o presidente (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53). Além de tudo, “é que a RTP também quer os seus funcionários em serviços de representação da empresa, assim como a fazer a gestão da delegação onde são colocados” finaliza o presidente.

A polémica da demissão em bloco da Direcção de Informação da RTP continuava a estampar os principais jornais de Portugal. No dia 24/11/2004 a administração da RTP, através do “braço direito” do presidente da estação pública, Luís Marques, explicou que as declarações tidas como “polémicas do presidente, apenas quiseram dizer que o acrescento de mais detalhes sobre os candidatos ao lugar em Madrid poderia vir a ferir a susceptibilidade desses jornalistas” (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61). Ainda completou: “é dever da administração salvaguardar os seus quadros, protegê-los” e ressaltou ainda que: “as revelações de Almerindo Marques poderiam criar situações constrangedoras” (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61). Essa foi a opinião de Luís Marques em relação ao depoimento do presidente da RTP em Comissão Parlamentar.

Para o *JN*, o braço direito do presidente da RTP desvalorizou o

a afirmação de Almerindo Marques - “um quadro superior a exercer funções ter-se-ia demitido, se tivéssemos assumido a classificação ordinal”. E admite que possa, sim ter havido um problema de interpretação: “num debate de quatro horas há situações de grande tensão que podem gerar alguns momentos de equívocos na interpretação” (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61).

A declaração do presidente Almerindo Marques a Comissão Parlamentar trouxe várias dúvidas porque foi citado o nome de Pedro Bicudo, correspondente em Washington, e o quinto classificado do concurso. De acordo com o *JN*, seria ele o tal “quadro superior” que, supostamente, teria ameaçado demitir-se se o lugar fosse preenchido por Duarte Valente, o segundo da lista. Esta versão tornou-se “popular nos corredores da Assembleia, mas, por outro lado, foi considerada pouco legítima para fontes mais próximas do processo” (MARGATO; BARROSO, 2004, p. 53). De acordo com outras afirmações, esse comentário não passa de informação para confundir os partidos de oposição.

Ao que o *JN* apurou, na época, Pedro Bicudo não tinha razão para evocar o segundo lugar no concurso, pois o jornalista há 7 anos pertencia ao quadro de redação da RTP, no Porto, já passou antes pela redação da *TVI*. As mesmas fontes disseram ainda que teriam dificuldades de entender como é que essa tal outra decisão, baseada na ordem apresentada, poderia provocar “problemas internos”.

A eventual ligação do jornalista Pedro Bicudo, correspondente em Washington, ao caso foi totalmente negada. “Não houve sequer nenhuma manifestação sua de desagrado perante o concurso”, afirma Luís Marques (MARGATO; BARROSO, 2004b, p. 61).

Porém, a investigação e citação de novos nomes não pararam por aí. Chegaram a comentar que o enigma do episódio seria Carlos Fino. Mas, o jornalista encontrava-se no Brasil exercendo funções de assessor de imprensa na embaixada de Portugal. Duarte Valente, o segundo colocado na lista, disse que continuava sem conhecer oficialmente o seu posicionamento na nomeação para Madrid, apesar de ter solicitado, várias vezes aos Recursos

Humanos da RTP. Enquanto isso, a Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) estava preste a concluir a minuciosa apuração dos fatos.

No dia 01/12/2004 o órgão regulador, a AACS, concluiu o parecer de que a escolha de correspondentes caberia aos responsáveis pelo departamento de Informação da RTP. A entidade considerou que houve “uma criticável falta de clareza na separação de responsabilidades entre administração e direcção de Informação”, no episódio da colocação de um jornalista em Madrid, que deu origem a demissão do então diretor José Rodrigues dos Santos (MARGATO, 2004b, p. 61).

A AACS ainda acrescentou que:

a escolha concreta para o cargo de correspondente da RTP no estrangeiro é uma função que cabe à direcção de Informação, a qual a deve exercer por inteiro, sem condicionalismos nem entraves (MARGATO, 2004b, p. 61).

Essa decisão da AACS foi à mesma posição defendida pelo ex-diretor da Informação, José Rodrigues dos Santos. Por isso, a Alta Autoridade recomendou que “no futuro, estas decisões estejam sujeitas à livre indicação do director de Informação, ressaltando que seria de toda a utilidade que existissem regras de concurso aprovadas pela direcção e administração da empresa” (MARGATO, 2004b, p. 61).

Também, coube a AACS a aprovação dos novos Directores de Informação. Os dois indigitados cumpriram os requisitos legais para assumirem os quadros e respectivas funções: Luís Marinho e José Alberto de Carvalho, para diretor e adjunto, Direcção de Informação.

Em 10/12/2004 o episódio da demissão em bloco da equipe de Direcção de Informação (DI) da RTP, finalmente, foi resolvida com a aquisição de José Manuel Portugal, que ficou responsável pela delegação de Coimbra, onde, aliás, a RTP e RDP funcionam em mesmo local. José Manuel foi o terceiro da subdirecção, que

ainda foi composta por: Carlos Daniel e Miguel Barroso, estes últimos já com experiência nas funções, uma vez que foram reconduzidos dos cargos.

Na área da produção, a recente dupla directiva Luís Marinho e José Alberto Carvalho (adjunto) optaram por manter também os anteriores responsáveis: Maria José Nunes e Manuel da Costa. As indicações oficiais foram encaminhadas para a Alta Autoridade - órgão regulador em que cabe ter a última palavra sobre as nomeações, embora, a apreciação não tenha carácter vinculativo.

José Manuel Portugal ficou responsável pela área da informação não diária e regional, função que acumula com o cargo que exerceu em Coimbra. Carlos Daniel continua exercendo semelhante papel a partir do Centro de Produção do Porto.

As condições dos responsáveis reconduzidos foram o maior motivo desta demora na indicação do restante da equipe. Afinal, os membros provenientes da anterior gestão se demitiram em solidariedade com José Rodrigues dos Santos e que a polémica colocação da jornalista Rosa Veloso como correspondente em Madrid se manteve inalterada. Almerindo Marques, o presidente do Conselho de Administração, já o garantiu.

Os jornalistas reconduzidos na Direcção de Informação exigiram a criação, num curto espaço de tempo, de um regulamento para os concursos internos. A nova equipe - Luís Marinho, José Alberto Carvalho, Miguel Barroso, José Manuel Portugal e Carlos Daniel - tiveram um ponto comum na carreira, todos passaram pela SIC a convite de Emídio Rangel. Miguel Barroso foi o que permaneceu menos tempo em Carnaxide.

14 Regional, nacional ao global

No começo da segunda década do século XX se inicia uma economia a base da produção de bens industriais, obviamente, que iria interferir na informação também, no qual teria grande impacto.

Segundo o pesquisador Maciá Mercadé (1997, p. 45) da Universidad San Pablo CEU. Madrid, nos anos 70, um documento

científico, preparado pela Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América, afirmava o impacto da informação neste cenário:

Una sociedad pre industrial se basa esencialmente en las materias primas como un juego de la naturaleza... Una sociedad industrial se organiza primariamente alrededor de la energía y de su uso para mejorar la productividad de bienes...

Una sociedad post industrial se organiza alrededor de la información y la utilización de la información como una forma de dirigir la sociedad¹¹.

Neste ponto, definimos a sociedade da informação com as características de diversificação, interatividade, globalização e tendência ao local.

Passado a consolidação da imprensa, a emergente força do rádio, quando ainda era desconhecida a televisão, como também a evolução em tecnologias de informação, lembramos do que Ortega e Gasset intitulou de “La rebelión de las masas” sobre o fenómeno da globalização:

El mundo de pronto há crecido, y con él y en él, toda la vida. Por lo pronto, ésta se ha mundializado efectivamente; quiero decir que el contenido de la vida en el hombre de tipo medio es hoy todo el planeta; que cada individuo vive habitualmente todo el mundo

é claro que a mundialização tem como consequência a instantaneidade informativa dos meios massivos e das telecomunicações. Maciá Mercadé (1997, p. 47) vai citar que se manifesta numa primeira etapa com efeitos uniformes e homogeneizadores;

¹¹ Documento preparado para 11 reunião do Painel: Science and technology, Committee on Science and Astrpnautics, US House of Representatives, 1970. Notas do Moderador, Daniel Bell.

pelo que à medida que os meios se multiplicam, equilibrando o sistema, com uma gama de opções que cada vez mais se ampliam, acontece o efeito inverso: os públicos receptores se segmentam e singularizam. As novas tecnologias aplicadas aos meios de comunicação estão fragmentando as audiências e dando espaço a públicos muito especializados e diversos. Esta transformação do “ecossistema informativo”, digamos assim, possuem implicações culturais, sociológicas, econômicas e políticas.

Por exemplo, no campo cultural, Mercadé (1997, p.47) vai citar em seu artigo, “La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica”, John McHale (1981) como referência desta implicação:

Nuestra sociedad actual, con sus cualidades particulares para la rápida difusión global de las formas y productos de arte cultural, carece de precedentes en lo que se refiere a su entorno cultural. Las comunicaciones mundiales, particularmente la radio, la televisión e las revistas ilustradas, se mezclan con las tradiciones culturales locales y dan lugar a expresiones culturales más comunmente compartidas.

Apontamos no campo cultural, mas no campo econômico, por exemplo, diante do processo de globalização e seus impactos: quebra de fronteiras, ao mesmo tempo em que se evidencia o global, busca-se a necessidade do local e também regional, que para Octavio Ianni:

(...) a globalização do capitalismo deve ser vista como um vasto e complexo processo, que se concretiza em diferentes níveis e múltiplas situações. Envolve o local, o nacional, o regional e o mundial, tanto quanto a cidade e o campo, os diferentes setores produtivos, as diversas forças produtivas e as relações de produção (...).

É no âmbito do capitalismo global que se desenvolvem vários subsistemas econômicos regionais. São novas realidades, exigindo a reestruturação dos subsistemas econômicos nacionais, em conformidade com as capacidades destes, com as possibilidades da regionalização e com as potencialidades da globalização (...) (1997, pp. 115-116).

Mario Gutiérrez Olórtégui (1996, p. 34) afirma que a busca do local é uma necessidade criada pelo global, resultando do mesmo processo, pois um não se realiza sem o outro:

Creemos finalmente que estas irrelaciones entre lo local-regional-global permiten entender las formas de un mercado informativo que, fabricando un imaginário desterritorializado de la realidad global, hace evidente su necesidad de exportar al mismo tiempo imágenes territorializadas y reivindicadoras de la realidad local, aunque ambas as presentan descontextualizadas, desencajadas y estandarizadas para facilitar su integración com otras imágenes del mundo¹².

Pensemos no caso do grupo RTP. Como podemos conceituá-lo? Portugal se faz cenário desta discussão?

O panorama audiovisual dos anos 80 e 90, pelo mundo, não está unicamente definido com o surgimento de televisões privadas nacionais e as transnacionais via satélite, mas também, pela multiplicação das experiências em televisões locais e regionais. A Televisão local é um elemento que vem modificando o cenário

¹² Tradução nossa: cremos finalmente que estas inter-relações entre o local-regional-global permitem entender as formas de um mercado informativo que, fabricando um imaginário desterritorializado da realidade global, faz evidente sua necessidade de exportar ao mesmo tempo imagens territorializadas e reivindicadoras da realidade local, ainda que ambas se apresentam descontextualizadas, desencaixadas estandarizadas para facilitar sua integração com outras imagens do mundo.

da comunicação. Pois, tem a possibilidade de oferecer um maior conhecimento do ambiente e vem aumentar a competência entre a mídia impressa e audiovisuais.

De acordo com Román Portas (1997, p. 83) a identificação de uma mídia local se faz presente nos seguintes pontos:

1. Se observar a necessidade de troca da legislação audiovisual vigente e por tanto, as leis que afetam as televisões locais.
2. É preciso radicar a idéia de que a radio e televisão é um serviço público essencial, cuja titularidade corresponde ao Estado. A televisão generalista, e por tanto a televisão local é um instrumento, mas para que toda a pessoa, natural ou jurídica, pública ou privada, esteja livremente ao direito com a informação sem limitação de fronteira.
3. A televisão local é uma fonte de diversidade e de enriquecimento cultural e pode chegar a ser uma oportunidade para as culturas locais.
4. A televisão local tem como objetivo primordial a informação local e de direito, em caso de todas as emissoras, o programa de maior audiência são informativos.
5. A competência entre meios impressos e audiovisuais aumenta com a aparição da televisão local, pelo que está competência se dá sobre todo o mercado publicitário, mas que em difusão e audiência. Sem embargo, as tarifas publicitárias das televisões locais são reduzidas devido as características dos anunciantes e da audiência.

Já a regionalização ocupa um lugar de destaque na mídia globalizada. O processo de regionalização, de acordo com Regina Festa e Luiz Fernando Santoro (1991, p. 180), foi percebido no início dos anos 80 com as transformações ocorridas nos meios de comunicação:

Por exemplo, no Brasil, no campo das comunicações, os anos 80 foram marcados pelo maior avanço da história. Assistimos a um aumento singular do número de emissoras de televisão, o lançamento de satélites domésticos, o enlace mundial de satélite, a implantação e inserção na rede mundial de transmissão de dados, a introdução de TV a cabo, da TV por assinatura, a abertura de emissoras em UHF, a formação de redes regionais de televisão, a introdução de parabólicas em todos os países, e a entrada indiscriminada de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão por intermédio das corporações internacionais, com beneplácito da maioria dos governos e apesar das leis e protecionismos.

Em Portugal a evolução da mídia se deu nos últimos trinta anos. Alguns pontos históricos são apontados por Faustino (2004, p.01):

1. Quatro décadas de ditadura salazarista (1930-1968)
2. Surgimento da era “Marcelista” e o rápido desengano das ténues promessas liberizantes do sucessor de Salazar (1968-1974)
3. Caída da ditadura. Processo de democratização (1974-1975)
4. Encaminhamento para a integração europeia.

é nesse contexto que podemos enquadrar a evolução da mídia em Portugal, tendo como pano de fundo questões de natureza política, cultural, tecnológica e outras.

Porém, o processo de regionalização não é algo novo. De acordo com Paulo Scarduelli (1996, p. 19), por exemplo, quando vai citar sobre a regionalização da TV aponta que “não é um tema de interesse apenas verde-amarelo. A partir da década de 70, o assunto passou a atrair a atenção de pesquisadores, empresários e políticos de países da América Latina e Europa. Mas foram nos anos 80 que os projetos se realizaram”. Por exemplo, para Eula Cabral (1999, p. 19), no “México já em 1972 é inaugurado o centro regional de produção de *Oaxaca* integrado à Rede de

Televisão Cultural do país. Na Alemanha, as redes regionais de TV e rádio começam a funcionar após a 2ª Guerra Mundial”.

Aníbal Orué Pozzo (1998, p. 91) constatou que a estrutura dos meios de comunicação possibilita que as informações sejam tratadas regionalmente, pois as empresas de televisão voltam-se para esta realidade. Ele afirma que no Paraguai, por exemplo:

esta regionalización - en tiempos de globalización - asume características propias del medio paraguayo. Algunos modelos son impuestos a las diferentes prácticas locales. Periodistas son entrenados en las empresas de la capital, Asunción, quienes por su vez, son entrenados en grandes centros de producción de la información”¹³.

Mas, conceitualmente, o que se trata uma mídia ou grupo de mídia local, regional e internacional?

14.1 Conceitos

Para se compreender o conceito de regionalização é preciso entender antes, o termo região. Para Roberto Lobato Corrêa (1990, p. 48) a palavra região “vem do latim *regio*, que por sua vez deriva do verbo *regere*, isto é, governar, reinar”. Esse conceito foi utilizado na época feudal quando as regiões eram membros da realeza que tinham domínio sobre as terras. No capitalismo, para Corrêa, o termo representa as unidades territoriais onde é empregada a ideologia desenvolvimento do local.

Nos tempos do Império Romano, o termo designava as áreas subordinadas às regras da magistratura. Alguns filósofos interpretavam o conceito como “uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação

¹³ Tradução nossa: esta regionalização - em tempos de globalização - assume características próprias do médio paraguaio. Alguns modelos são impostos as diferentes práticas locais. Jornalistas são treinados nas empresas da capital, Assunção, que por sua vez são treinados em grandes centros de produção de informação.

entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial” (GOMES, 1995, p. 50).

Para a Comunicação, Waldemar Kunsch, no artigo “Do local ao global”, fez várias observações para a definição de região. Que é o “território que se distingue dos demais por possuir características (clima, produção etc.) próprias” (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 1). Já, *grande região* é “cada uma das cinco regiões em que, segundo critérios geográficos, se divide o Brasil. (...) Também se diz simplesmente *região*” (1998, p. 2). *Microrregião* é “uma subdivisão de uma região natural” (1998, p. 2), ou seja, classificação dada a algumas partes do Norte, Nordeste, etc. Mas quando usam-se os termos na literatura comunicacional eles representam:

Região - “o termo é usado indistintamente para referir-se a um local, a uma microrregião, a uma mesorregião, a uma macrorregião, a um país ou a um bloco transnacional” (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 3). Quando se fala em local, na maioria dos casos, quer dizer-se cidades, se estendendo, em muitos casos, a microrregiões. Já *mesorregião* “diz respeito às diferentes unidades políticas da federação brasileira” (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 3), ou seja, os Estados.

Macrorregião - “refere-se às diferentes regiões geográficas em que o IBGE divide o Brasil (Nordeste, Norte...)” (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 3). é o que chamou anteriormente de grande região. Já *megarregião* - “é uma região que ultrapassa as fronteiras nacionais, no contexto de um bloco formado por países com identidades históricas, culturais e econômicas, constituindo espaços mais ou menos homogêneos” (MARQUES DE MELO; KUNSCH, 1998, p. 4).

Partindo dos empregos e significados para o termo região, torna-se necessário conhecer também a utilização da palavra *regionalização*. Ianni (1997, p. 115) vê o conceito como a união de países em busca de um mesmo objetivo como o do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) que reúne alguns países da América Latina que abrem suas fronteiras ao comércio latino-americano para aqueles que assinaram ao acordo. “A regionalização pode ser vista como um processo por meio do qual a globalização recria a nação, de modo a conformá-la à dinâmica da economia transnacional”. Para o pesquisador, o “regionalismo envolve a formação de sistemas econômicos que redesenham e integram economias nacionais, preparando-as para os impactos e as exigências ou as mudanças e os dinamismos do globalismo” (IANNI, 1997, p. 115).

Joseph Straubhaar, Consuelo Campbell e Kristina Cahoon analisam o termo a partir da união de países, cujos interesses são econômicos. Para os pesquisadores, os mercados deviam ser chamados de culturais-linguísticos no lugar de regionais:

We propose that a more significant phenomenon than this Idea of globalization, per se, may be “regionalization” of television into multi-country markets linked by geography, language and culture. These might more accurately be called cultural-linguistic markets, rather than regional markets, since not all these linked populations, markets and cultures are geographically contiguous (1998, p. 112).

Já Canclini (1995, p. 145), quando analisa a cultura regional, dá ao termo o sinônimo de nacional. Pode-se constatar no estudo que fez sobre o cinema mundial e o nacional.

Mesmo o cinema global de Hollywood deixa um certo espaço para os filmes latino-americanos, europeus e asiáticos que, pela sua maneira de representar problemáticas, captam o interesse dos diversos públicos. Penso como o cinema brasileiro dos anos setenta e primeira metade dos oitenta - graças a uma combinação de

elementos que remetiam à identidade e à internacionalização cultural desse país, através de um tratamento criativo e parodístico - ampliou sua repercussão dentro e fora do Brasil.

Em estudos da Comunicação no Brasil, Ciciia Peruzzo (1998, p. 148) que trabalha com comunicação comunitária enfatiza que o crescimento dos meios comunitários foi possível graças à importância dada à regionalização:

(...) a tendência à regionalização das comunicações, principalmente da televisão, aumenta o potencial do desenvolvimento da comunicação comunitária. Dois anos mais tarde, o canal comunitário, na TV a cabo, já é realidade em muitas cidades brasileiras. E, as rádios comunitárias estão fazendo a outrora sonhada “reforma agrária no ar”, com aproximadamente dez mil emissoras irradiando suas mensagens de norte a sul do país.

Assim, todas as mudanças ocorridas com a comunicação nos últimos anos, de acordo com Dênis de Moraes (1997), foram possíveis graças à tecnologia que ultrapassou fronteiras locais, regionais, nacionais e continentais, classes e grupos sociais, raças e religiões convertendo a comunicação tecnológica em agente privilegiado de fixação de identidades culturais que subvertem os horizontes conhecidos. “As mídias fabricam e lustram informações de abrangência ilimitada; tornam próximos e presentes acontecimentos de todos os fragmentos do globo e de um país-continente como o Brasil” (1997, pp. 22-23).

Estas transformações fizeram com que o pesquisador Rogério Bazi (1999) a questionar sobre o futuro dos meios de comunicação, discutido em vários congressos, no Brasil, no caso da TV aberta, detectou num seminário, promovido pelas revistas *Tela Viva* e *Pay TV*, em 1997, que os empresários acreditam que a televisão só sobreviverá se for regional.

Especialistas das maiores redes de televisão do país confirmaram que a regionalização é o novo caminho para as emissoras, as-

sim como a TV digital (prevista para entrar em funcionamento em 2010). Conciliar a programação local com qualidade e conseguir sustentar-se os altos custos que isto acarreta, será o desafio das emissoras. O jornalismo pode ser um caminho para isso (BAZI, 1999, p. 2).

De acordo com Bazi:

Os custos da regionalização são altos. Com *status* de emissoras regionais, muitas empresas não são, de fato, mais do que repetidoras do sinal que se origina da cabeça-de-rede, localizadas em grandes centros. Em geral, são poucos os programas produzidos localmente pelas emissoras, sendo que, somente a publicidade é inserida na praça regional (1999, p. 8).

Apesar dos custos, o desafio é oferecer uma programação com qualidade, voltada à comunidade, identificando os telespectadores com sua cultura e comportamento. No campo da publicidade, a regionalização está tendo resultados positivos, porém é preciso investir no conteúdo das informações locais e regionais:

En la práctica la tarea consiste en conducir unos medios que se parezcan a nuestra gente. Esto es, que se manejan muy cerca de sus inquietudes, anhelos, sufrimientos y alegrías. Esta exigencia implica abandonar los patrones programáticos de los grandes circuitos y programadoras, los cuales reproducen en lo nacional las intenciones homogeneizantes de los grandes trust comunicacionales. En otras palabras, la programación de nuestras estaciones de radio y televisión debe asentarse sobre las producciones propias y utilizar los enlaces o los llamados “enlatados” para lograr la necesaria conexión con lo global, con la dinámica universal (Villamizar D., 1996, p. 29)¹⁴.

¹⁴ Tradução nossa: Na prática a tarefa consiste em conduzir uns meios que

Porém, todas estas questões nos requerem maior profundidade. Por exemplo, o rádio que teve sua difusão em larga escala nos anos 20 nos Estados Unidos, foi diferente em se tratando de impacto, difusão e exploração, do que o meio televisivo, que se deu após a 2^a Guerra Mundial, nos anos 40 e 50. E esse crescimento foi tão rápido, para a televisão, que proporcionou um alto lucro de publicidade, que outros meios ficaram um pouco de lado. O cinema foi um deles (CABRAL, 1999, p. 30). E acreditamos que o rádio também.

Com as mudanças ocorridas na mídia, de acordo com Dênis de Moraes, os conglomerados tomaram como parâmetros à produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade gerencial:

Para tanto, buscam conferir escala a seus produtos, por intermédio de alianças e parcerias entre si com os grupos regionais; absorvem firmas menores ou concorrentes, diversificam investimentos em áreas conexas. O resultado não poderia ser outro: uma brutal concentração de atividades nas mãos de poucas companhias (quase todas baseadas nos Estados Unidos da América) e uma aglomeração de patrimônios e ativos sem precedentes. Nem a Internet - por concentração, refratária a comandos e hierarquias - escapa dos tentáculos lançados pelas superempresas, ávidas por comércio eletrônico e serviços on line, engenhosas soluções propiciadas pelo caráter descentralizado e multipontual da rede (1998, p. 11).

Para Thompson (1998), a globalização da comunicação tem sua origem no século XIX quando o fluxo internacional de informação assumiu uma forma organizada:

se pareçam com a nossa gente. Isto é, que identifique muito com suas inquietudes, sofrimentos e alegrias. Esta exigência implica abandonar os padrões programáticos dos grandes circuitos e programadores, nos quais reproduzem no nacional as intenções homogenizadoras dos grandes grupos comunicacionais. Em outras palavras, a programação de nossas estações de rádio e televisão devem apresentar sobre as produções próprias e utilizar os chamados “enlatados” para apontar a necessária conexão com o global, com a dinâmica universal.

Foi somente no século XIX, porém, que as redes de comunicação foram organizadas sistematicamente em escala global. Foi no século XIX, portanto, que a globalização se firmou. Isto se deveu em parte ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas a dissociar a comunicação do transporte físico das mensagens. Mas foi também ligado diretamente a considerações econômicas, políticas e militares (1998, p. 137).

Apesar da globalização da comunicação ter surgido no século XIX, é um fenômeno típico do século XX, visto que os conglomerados passam a atuar em grande escala a partir das novas tecnologias que se desenvolveram rapidamente. Os produtos da mídia circulam num mercado internacional tendo diversas reações na captação do material transmitido pelas redes globais. Thompson (1998) argumenta que a mudança na base econômica dos jornais que foram introduzidos pelos novos métodos de produção, colocou em movimento o processo, a longo prazo, de concentração nas indústrias da mídia. Portanto, “ao longo dos séculos XX, este processo assumiu cada vez mais um caráter transnacional” (1998, p. 143).

A partir desta lógica, Thompson (1998) explica que os conglomerados de comunicação se expandiram para outras regiões fora de seus países, levando consigo parte dos interesses financeiros e industriais, “dentro de explícitas políticas globais de expansão e diversificação” (1998, pp. 143-144). Portanto, foi centralizado para a aquisição de ações nos setores de informação e de comunicação. Através “de fusões, compras ou outras formas de crescimento corporativo, os grandes conglomerados assumiram uma presença sempre maior na arena global do comércio de informação e comunicação” (1998, pp. 143-144).

Com as mudanças, a mídia passou a ocupar um lugar decisivo na sociedade capitalista. De acordo com Dênis de Moraes (1997, p. 14), “a informação tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, isto é, o lubrificante

dos ciclos de troca e de lucro, nesse sentido a mercadoria mais importante”. Assim os empresários da mídia passaram a dominar diversos setores comerciais. Pois, conforme Bagdikian, citado por Ferreira (1997, p. 157), os gigantes da mídia têm:

duas enormes vantagens: “(...) controlam a imagem pública dos líderes nacionais que, em razão disso, temem e favorecem as pretensões dos magnatas da mídia; e estes controlam a informação e o entretenimento que ajudam a estabelecer as atitudes sociais, políticas e culturais de população cada vez maiores”.

O desvanecimento das tensões ideológicas após a queda do Muro de Berlim e o advento da globalização econômica e midiática, a qual ensejou a intensificação do fluxo internacional de programação televisiva e a constituição de grandes conglomerados internacionais de mídia (FADUL, 1998) fizeram com que o cenário mundial fosse outro. E acreditamos que isso também afeta o cenário da mídia regional.

A sincronização cultural da qual ocupou-se Hamelink (1985), o contrafluxo da informação percebido por Straubhaar (1983) e Boyd-Barret & Thussu (1992), a tensão dinâmica entre global e local apontada por Sreberny-Mohammadi (1996) e a glocalização de que fala Robertson (1995) são ferramentas teóricas que nos apontarão para o estudo deste fenômeno comunicacional.

Hamelink (1985) já chamava a atenção para o uso de meios modernos pelas culturas ameaçadas, que Hall (2001) constata nas evidências das quais “sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a ‘periferia’ também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num rito mais lento e desigual”.

Na análise de Castells (1997), juntamente com a revolução tecnológica, a modificação do capitalismo e a “derrocada do estatismo, vivenciamos no último quarto de século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globali-

zação e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes”.

Ele afirma ainda que “essas expressões encerram acepções múltiplas, e são altamente diversificadas e seguem os contornos pertinentes a cada cultura, bem como às fontes históricas da formação de cada identidade” (CASTELLS, 1997).

Por isso, incorporam movimentos de tendência “voltados a transformação das relações humanas em seu nível mais básico”. Mas, incluem ampla gama de movimentos reativos que cavam suas “trincheiras em defesa de Deus, da nação, da etnia, da família, da região, enfim, das categorias fundamentais da existência humana milenar ora ameaçada pelo ataque combinado e contraditório das forças tecnoeconômicas e movimentos sociais transformacionais” (Castells, 1997).

Finalizamos o raciocínio do autor que:

o turbilhão dessas tendências opostas, a existências do Estado-Nação é questionada, arrastando para o epicentro da crise a própria noção de democracia política, postulado para a construção histórica de um Estado-Nação soberano e representativo. Com certa frequência, a nova e poderosa mídia tecnológica, tal como as redes mundiais de telecomunicação interativa, é utilizada pelos contendores, ampliando e acirrando o conflito em casos em que, por exemplo, a Internet se torna um instrumento de ambientalistas internacionais, zapatistas mexicanos ou, ainda, milícias norte-americanas, respondendo na mesma moeda às investidas da globalização computadorizada dos mercados financeiros e de processamento de dados (CASTELLS, 1997).

é um cenário em que cresce a relevância do que Garcia (2000) denomina “informação de proximidade”. Observando que “a singularidade cultural tem desafiado os intentos de estandardização que alguns buscam impor a partir da costura entre o tecnológico

e o econômico”, e que “cada vez há mais atores recorrendo aos novos e poderosos meios para colocar em rede manifestações de multiculturalismo e da diversidade que enriquece a sociedade do século XX”, antevê que na sociedade do terceiro milênio as relações primárias dos cidadãos permanecerão no âmbito das pessoas próximas, aquelas que compartilham um mesmo idioma e uma mesma realidade e identidade local. A importância da informação de proximidade aumenta a partir da defesa de tal identidade, que Castells (1997) define como “a fonte de significado e experiência de um povo” e que, explica Collier (1997), emerge quando mensagens são trocadas entre pessoas.

Já para Hall (2001), a globalização tem o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional, um efeito pluralizante sobre as identidades, engendrando possibilidades diversas e também novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, políticas, plurais e diversas: menos fixas, unificadas ou trans-históricas. “Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório. Algumas identidades gravitam ao redor da chamada ‘tradição’, tentando recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” (HALL, 2001).

Em Portugal, a que compete ao processo de regionalização, parece-nos um fenômeno mais impregnado á imprensa escrita, do que à televisão. De acordo com Dora Mota¹⁵, jornalista e investigadora na área de Políticas de Comunicação para a Televisão Regional e Local em Portugal, o grupo RTP entra largamente nessas questões:

porque o Estado português nunca abriu mão do controlo de alguma televisão. Abriu a porta aos operadores privados de canais generalistas de difusão nacional, mas nunca permitiu que surgissem canais regionais e locais, baseando-se em argumentos econo-

¹⁵ MOTA, Dora. Entrevista por e-mail, concedida à Maria érica de Oliveira Lima. 25/10/2004.

micistas que nunca fundamentou com estudos de mercado. As formas de TV regional que existe estão sob a alçada do serviço público, ou seja, controladas pela RTP. Temos a RTP Madeira e Açores desde os anos 60 e os centros regionais da RTP desde meados dos anos 90. Todavia, recentemente, o que parecia um início de abertura à maior presença da informação regional na TV sofreu um recuo. A RTP também participou num dos dois canais regionais no cabo que foram lançados entre 1999 e 2001. Só o do Porto sobreviveu, mas o grupo PT Multimédia que fez acabou por se desinteressar e vendeu-o à RTP. Isto significa, em síntese, que a RTP acabou por controlar uma das novas modalidades de emissão regional, que veio pelo cabo. Quanto à RTP.

Para a pesquisadora Helena Sousa¹⁶, Universidade do Minho, a questão da regionalização em Portugal depende da participação governamental, e acima de tudo, uma questão a ser resolvida e não adiada:

é uma questão eternamente adiada. Desde há muito tempo que se fala na regionalização. O país teve um referendo, isso não avançou e as televisões ficaram dependentes da regionalização do país para que o desenvolvimento acontecesse. Como a regionalização não aconteceu, não se concretizou, as televisões regionais não se firmaram. Portanto, houve um conjunto de iniciativas, interesses, *lobbys* que se organizaram no sentido de conseguir licenças regionais. Mas isso na prática nunca foi avante.

Para o pesquisador, Jorge Pedro Sousa¹⁷, Universidade Fer-

¹⁶ SOUSA, Helena. Entrevista concedida à Maria érica de Oliveira Lima. Braga/Portugal, 08/11/2004.

¹⁷ SOUSA, Jorge Pedro. Sobre a RTP. Entrevista concedida à Maria érica de Oliveira Lima. Porto/Portugal, 06/12/2004.

nando Pessoa, a regionalização da TV em Portugal compete ao mercado, apesar de alguma participação do Estado:

Compete ao mercado decidir. Eu acho que o Estado deve ter um papel relativamente regulador, para impedir que determinados tipos de conteúdos passem a determinadas horas. Desde que haja espaço nas grelhas, nas frequências - bem eu não sou um técnico - não vejo porque não. Portanto, o mercado decide. Deixem a iniciativa privada... O Estado nestas coisas apenas distorcem. A função primordial do Estado quando muito se interfere, neste tipo de assunto, é distorcer tudo. O Estado distorce competitividade no ensino, entre instituições... E distorce, logicamente, o panorama da comunicação e dos *media*.

Apesar de não termos em Portugal, evidentemente, uma televisão generalista de cunho regional, e sim nacional, que seja dos grupos privados ou do grupo estatal, a RTP expõe através das suas Delegações Regionais, representatividade cobrindo todo o país. Do Norte, desde Viana do Castelo, passando pelo Centro, até ao Sul, e em terras alentejanas, se faz presente o grupo RTP.



No campo internacional, a RTP também mantém a suas delegações, principalmente em África, ex-colônias portuguesas, extensão da lusofonia, na qual a RTP África mantém essa ligação desde Cabo Verde, Bissau, São Tomé, Angola e Moçambique. Também com representação em África do Sul. Em ásia, destacamos Timor, país recentemente independente dos domínios da Indonésia, onde existe muitas marcas ainda da colonização portuguesa, principalmente a língua. Por fim, a delegação na América do Norte, nos Estados Unidos, Washington, certamente pelo poder que representa no cenário internacional, e também pela comunidade portuguesa naquele país. Em Europa, Madrid, Bruxelas (sede da União Européia) e Suíça, país cuja comunidade portuguesa é forte. Interessante observar que das ex-colônias de Portugal, apenas o Brasil não se encontra com uma Delegação Internacional da RTP. Apesar de ter um correspondente estrangeiro, no Rio de Janeiro, o Brasil não se faz presente neste quadro. E recentemente, no contexto da TV a Cabo, da qual se tinha as trans-

missões da RTP Internacional, hoje foi substituído pela SIC Internacional. Assim, o grupo estatal português, em televisão, não está no Brasil, deixando uma lacuna no campo da mídia, comunicação e laços culturais.



Segundo o pesquisador Jorge Pedro Sousa (2004) é muito importante que haja uma programação portuguesa a nível internacional:

É importante que haja programação portuguesa a nível internacional. Mas isso se resolve ajudando a iniciativa privada, que tem boas propostas de programação internacional. Eu já estou a lembrar, na área de informação, a SIC notícias que se tivesse documentários, seria um canal perfeito. Sobretudo, mais documentários. Mais informação em português. Seria um canal que poderia ter mais projecção internacional. Deveríamos ter um canal de informação, documental, português que também pudesse ser acessível a várias estações de televisão. O modelo poderia ser definido posteriormente, mas acho que é importante este tipo de canal, 24 horas. Isso seria importante para Portugal, no contexto da Lusofonia. Também poderíamos ter um canal para a ficção, mas já temos, a SIC Internacional. Com maior ou menor acesso. Para quê

nós precisamos da RTP Internacional? Pode não ser a RTP. A solução mais óbvia é extinguir a RTP! Poupa-se dinheiro do Estado e dos contribuintes.

Para a pesquisadora Helena Sousa (2004), a RTP Internacional tem sido um investimento importante para vários governos, além de desempenhar um papel estratégico positivo de auto-afirmação do patrimônio português:

Tem sido um investimento importante para os vários governos. Desde o tempo do governo Cavaco Silva se entendeu que a RTP Internacional e mais tarde a RTP África eram canais de grande importância para a afirmação de Portugal no mundo, para a defesa da identidade lingüística, da identidade cultural, etc. Embora, naturalmente, também há os motivos com a política externa e a afirmação de Portugal no mundo, que também devem ser considerados. Tudo isso faz parte da estratégia portuguesa em afirmar seu patrimônio, principalmente, o lingüístico e o cultural. Portanto, a RTP África e a RTP Internacional fazem parte dessa estratégia do Estado afirmar-se. Também para a comunidade portuguesa no estrangeiro, penso que é uma mais valia, pois é muito importante para essas pessoas receberem notícias, informações de Portugal, da cultura portuguesa, o futebol português, etc, então, eu penso que enquanto construção identitária - do ponto de vista da afirmação e da reafirmação - dessa identidade, penso que há vantagens.

Já no campo da regionalização da imprensa escrita, o cenário em Portugal merece destaque. Apesar das dificuldades em relação a imprensa nacional, o período é considerado positivo por um “despertar” dos empresários. Dados de 2003, apontado por Faustino (2004, p. 57) “existem em Portugal mais de 500 jornais

regionais e locais com periodicidade não diária. Cada um destes jornais tem uma circulação média total de, pelo menos, 3.000 exemplares por edição (...) uma circulação média total nos jornais regionais e locais não diários de aproximadamente 1.500.000 exemplares por edição”.

Porém, para autor, ainda se admite que este valor esteja abaixo da realidade, não só porque existem mais jornais regionais e locais que não buscam registrar no Porte Pago, e também a circulação média de cada jornal regional seja superior a 3.000 exemplares por edição.

Por fim, no que se refere a Televisão regional e local em Portugal podemos dizer como já expressou o pesquisador Jorge Pedro Sousa (2003, p. 26) “não há muito a dizer sobre a televisão regional e local em Portugal. Três tentativas isoladas de desencadear um movimento de “televisões livres” (...) foram infrutíferas”.

Ainda segundo o autor, “a televisão pública possui períodos de emissão informativa exclusivamente regional (meia hora diária), possíveis pela regionalização das próprias estruturas de produção (SOUSA, 2003, p.26). Contudo, registramos (em RTP Programação) um avanço nas produções regionais e nos programas de conteúdo informativos regionais, o que já aponta para um despertar neste sentido.

Para concluir, em alguns momentos deste artigo citamos a Alta Autoridade para a Comunicação Social, principalmente, no caso de demissão em bloco da equipe de informação da RTP. Aproveitamos para explicar sobre o que seja a AACS em Portugal, o seu papel, suas prerrogativas e essencialmente, um conhecimento importante para os estudiosos em mídia no Brasil, quando durante este tempo muitos debates ocorreram a cerca de um órgão regulador que poderia surgir no país. A seguir, a Alta Autoridade para a Comunicação Social.

15 O que é a Alta Autoridade para a Comunicação Social?

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) é um órgão independente que funciona junto da Assembleia da República, dotado de autonomia administrativa, que assegura o direito à informação, a independência dos órgãos de comunicação social, a possibilidade de confronto das diversas correntes de opinião, a observância dos fins genéricos e específicos da actividade de rádio e televisão, bem como dos que presidiram ao licenciamento dos respectivos operadores garantindo o respeito pelos interesses do público, nomeadamente dos seus extractos mais sensíveis, incentiva a aplicação, pelos órgãos de comunicação social, de critérios jornalísticos ou de programação que respeitem os direitos individuais e os padrões éticos exigíveis e garante o exercício do direito de antena, de resposta e de réplica política.

A revisão constitucional concretizada em 2004 deu uma nova redacção ao artigo 39º da Constituição da República Portuguesa, consagrando a existência de uma entidade reguladora para a comunicação social. Conforme disposto no artigo 44º da Lei Constitucional nº.1/2004, de 24 de Julho, a Alta Autoridade para a Comunicação Social mantém-se em funções até à tomada de posse dos membros da futura entidade reguladora.

15.1 Atribuições

A AACS tem por atribuições essenciais¹⁸:

- Assegurar o exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa, o rigor e isenção da informação e a aplicação de critérios jornalísticos e de programação que respeitem os direitos individuais e os padrões éticos exigíveis;
- Zelar pela independência dos órgãos de comunicação social e garantir o pluralismo;

¹⁸Fonte: Alta Autoridade para a Comunicação Social. www.aacs.pt 2005

- Assegurar a observância dos fins genéricos e específicos da actividade de rádio e televisão;
- Garantir o exercício dos direitos de antena, de resposta e de réplica política;
- Fiscalizar o cumprimento da legislação aplicável à propriedade das empresas de comunicação social.

15.2 Competências

Para a prossecução das suas atribuições, compete à AACCS, em síntese¹⁹:

- Apreciar, por sua iniciativa ou mediante queixa, as eventuais violações da legislação de comunicação social;
- Atribuir licenças ou autorizações para o exercício da actividade de televisão e de rádio;
- Deliberar sobre queixas ou recursos relativos ao exercício do direito de resposta e de réplica política e arbitrar os conflitos suscitados pelo exercício do direito de antena;
- Emitir parecer sobre a nomeação e exoneração de directores de informação ou programação de órgãos de comunicação social pertencentes ou controlados por entidades públicas;
- Fiscalizar a publicação de sondagens eleitorais;
- Propor medidas legislativas e promover estudos e pesquisas, nas áreas das suas atribuições;
- Classificar publicações periódicas, fiscalizar a propriedade das empresas de comunicação social e as campanhas de publicidade do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias.

¹⁹ Fonte: Alta Autoridade para a Comunicação Social. www.aacs.pt 2005

15.3 Funcionamento

A AACCS toma as suas deliberações em reuniões plenárias, por maioria absoluta dos membros presentes nas mesmas. O regimento, elaborado pela AACCS e publicado na 2ª série do Diário da República, define, nomeadamente, a constituição e funcionamento dos grupos de trabalho que este órgão entenda constituir.

A Alta Autoridade elabora directivas genéricas, publicadas na 2ª série do Diário da República, e recomendações que são de divulgação obrigatória nos órgãos de comunicação social a que digam directamente respeito.

Têm carácter vinculativo as deliberações produzidas pela AACCS no exercício das competências relativas ao licenciamento de estações de televisão e rádio, exercício dos direitos de resposta, antena e réplica política, fiscalização do cumprimento das normas referentes à propriedade das empresas de comunicação social e das normas que obriguem estas empresas à publicação de dados de qualquer espécie, e classificação das publicações periódicas.

Os encargos com o funcionamento da Alta Autoridade são cobertos pelo Orçamento da Assembleia da República.

A AACCS está sediada em instalações fornecidas pela Assembleia da República e dispõe de um serviço de apoio privativo que assegura a assessoria directa, técnica e administrativa aos membros da Alta Autoridade.

15.4 Algumas competências

15.4.1 Direito de resposta

Em caso de recusa do exercício do direito de resposta por parte de qualquer órgão de comunicação social, o titular desse direito pode recorrer para a AACCS, devendo a deliberação ser emitida no prazo de 15 dias a contar da apresentação do recurso ou até ao 5º dia útil à recepção dos elementos solicitados às partes interessadas e indispensáveis à instrução do processo.

Constitui crime de desobediência o não acatamento pelos ór-

gãos da comunicação social de deliberação da Alta Autoridade que ordene a divulgação da resposta.

15.4.2 Atividade de televisão

As licenças e autorizações para o exercício da actividade de televisão competem à AACS, bem como as respectivas renovações ou cancelamentos e pareceres vinculativos sobre operações de concentração horizontal de operadores televisivos sujeitas a intervenção do Conselho da Concorrência, o mesmo ocorrendo com as aquisições totais ou parciais de outras entidades legalmente habilitadas para o exercício aludido. No acto da licença ou autorização, a AACS classifica os canais como generalistas, temáticos e de acesso condicionado ou não condicionado.

A AACS fiscaliza emissões que violem direitos, liberdades ou garantias fundamentais, ou que atentem contra a dignidade da pessoa humana ou incitem à prática de crimes, cabendo ao poder judicial a decisão final sobre as coimas e outras sanções decididas pelo plenário da Alta Autoridade.

15.4.3 Atividade de rádio

Nesta área, além do licenciamento das estações de rádio, cabe à AACS, designadamente, decidir da atribuição, renovação e transmissão de alvarás para o exercício de radiodifusão. Também compete à AACS a classificação das emissoras de rádio como generalistas ou temáticas, quanto ao conteúdo da programação, e definir o nível de cobertura, podendo este ser de âmbito nacional, regional ou local.

As operações de concentração entre operadores radiofónicos, sejam horizontais ou verticais, carecem de autorização prévia da AACS, nos termos da lei.

15.4.4 Inquéritos de opinião e sondagens

Incumbe à AACS a fiscalização do cumprimento das normas referentes à publicação ou difusão nos órgãos de comunicação social de sondagens e inquéritos de opinião cujo objecto se relacione, directa ou indirectamente, com a realização de actos eleitorais para os órgãos de soberania, regiões autónomas, autarquias locais e Parlamento Europeu, ou de referendo nacional ou local.

15.4.5 Falar à AACS

A AACS aprecia, por iniciativa própria ou mediante queixa de qualquer pessoa singular ou colectiva e no âmbito das suas atribuições, os comportamentos susceptíveis de configurar violação das normas aplicáveis aos órgãos de comunicação social.

Estas queixas devem ser apresentadas nos 30 dias seguintes ao conhecimento dos factos que lhes deram origem e, em qualquer caso, no prazo de 90 dias subsequentes à ocorrência da alegada violação, salvo outro prazo legalmente estabelecido.²⁰

15.5 Estrutura

Presidente eleito pelo Conselho Superior da Magistratura:



Armando Torres Paulo, Juiz Conselheiro, Início de Funções: 2001

²⁰Fonte das informações: www.aacs.pt

Eleitos pela Assembleia da República:

Vice-Presidente, José Garibaldi, Jornalista, Início de Funções: 1990



Artur Portela, Escritor e jornalista, Início de Funções: 1994



Sebastião de Lima Rego, Jurista, Início de Funções: 1997



Maria Manuela Chaves Matos, Advogada, Reinício de Funções: 2002

João Amaral
Jornalista, Início de Funções: 2003

**Designado pelas organizações patronais dos órgãos de
comunicação:**



Maria de Lurdes Monteiro, Economista, Quadro superior da Função Pública,
Início de Funções: 1999

Designado pelo Conselho Nacional do Consumo:



Jorge Pegado Liz, Advogado, Início de Funções: 1999

Designado em representação dos jornalistas com carteira profissional:



Carlos Veiga Pereira, Jornalista, Início de Funções: 1999

Cooptado pelos membros como elemento da área da cultura:



José Manuel Mendes, Escritor, Professor universitário, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores, Início de Funções: 2001

15.6 Antigos Membros

- **Pedro Figueiredo Marçal**, juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, presidente da AACCS (1990-1994);
- **José Maria Gonçalves Pereira**, juiz-conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1994-2001);
- **Agustina Bessa Luís**, escritora (1990);
- **Alberto de Carvalho**, jornalista (1995 - 1999);
- **Amândio de Oliveira**, economista (1999 - 2002);
- **António Montalvão Machado**, jurista (1990-1992);
- **António Quadros**, escritor (1990-1991);
- **António Reis**, docente do ensino superior (1990-1994);
- **António Tavares**, jurista (1994);
- **Aventino Teixeira**, oficial superior do Exército (aposentado) (1994-1999);
- **Bráulio Barbosa**, gestor (1990-1994);
- **Cipriano Martins**, jurista (1995-1999);
- **Cristina Figueiredo**, jurista, quadro superior da Administração Pública (1992-1995);
- **Durval Beltrão de Carvalho**, engenheiro electrotécnico, director técnico da RDP (aposentado) (1990-1999);
- **Eduardo Trigo**, quadro superior da Administração Pública (aposentado), Vice-presidente da AACCS, eleito pelos restantes membros (1990-1999);
- **Fátima Resende**, jurista e quadro superior da Administração Pública (1995 - 2002);

- **Fernando Seara**, docente do ensino superior (1990-1992);
- **Glória de Matos**, atriz (1991-1994);
- **Joel Frederico da Silveira**, Professor (2001-2003);
- **José Costa Parente**, administrador da TV Guia (1990-1992);
- **José Estevão Sasportes**, Conselheiro Especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1999-2000);
- **José Gabriel Queiró**, jurista (1993-1994);
- **Lídia Jorge**, escritora (1990-1994);
- **Maria Manuela Chaves Matos**, jurista (1995-1999);
- **Maria de Lurdes Breu**, professora (aposentada) (1994-1999);
- **Mário Rui Marques Carvalho**, jurista (1990-1992);
- **Miguel Reis**, jurista (1993-1994);
- **Rui Assis Ferreira**, Jurista, Quadro superior da Administração Pública (1994-1997) (1999-2001);
- **Torquato da Luz**, jornalista e poeta, quadro superior da RTP (1990-1999);

16 Considerações finais

A descrição sobre o grupo de mídia estatal português, RTP, da sua história, estrutura, até os dias de hoje nos permite pensar nas seguintes conclusões:

Portugal, ao longo dos anos, vem passando por transformações consideráveis, seja no campo econômico, social, político, além de um processo de urbanização que favorece as novas tecnologias e ao acesso das mesmas.

A questão da mídia regional e local em Portugal tem maior presença na Imprensa escrita, o que tem reflexo ao exemplo de outros países europeus, principalmente, a vizinha Espanha. Mas, no que compete a Televisão, Portugal estacionou em relação a outros países, até porque há uma grande diferença em cada legislação e autorização interna entre as nações com relação a abertura de televisões regionais ou locais. Em Portugal isso ainda é um projeto adiado. E temos que levar em consideração a extensão territorial. Ao contrário do Brasil, por suas dimensões continentais, que comportaria inúmeras TVs regionais, e não por modelo de afiliadas.

O processo de regionalização no campo da mídia televisiva (abertura de novas TVs nas diversas regiões do país) não aconteceu em Portugal. é um processo, que segundo pesquisadores portugueses, Helena Sousa, Jorge Pedro Sousa e Dora Mota, não há interesse político para que aconteça.

Especificamente sobre a RTP, nosso objeto de estudo, não consideramos a estação pública portuguesa em processo de regionalização. RPT já nasceu nacional. Apesar de apresentar programas de cunho regional. Mas, em comparação a determinadas TVs pela Europa, como as da Galícia, por exemplo, não. Destacamos apenas as delegações espalhadas pelas principais cidades do país, produção regional e de conteúdo regional pulverizados na grade de programação: RTP1, RTP-Açores e RTP-Madeira.

No que compete ao processo de internacionalização da RTP, a mesma soube aproveitar essa condição quando foi criada em 1992 o canal RTPi, como sendo o primeiro internacional em língua portuguesa. Apontamos esse momento como sendo o início do processo de globalização da empresa. Hoje sabemos que canais privados em Portugal já transmitem internacionalmente. Contudo, essa vocação do grupo RTP para o exterior foi capaz de consolidar a sua marca. Afinal, no estrangeiro, quando pensamos em mídia em Portugal, sempre vem à memória o canal estatal, que certamente, se faz presente também pelos anos de história e décadas como sendo o único no país.

O principal desafio de hoje para grupos de mídia é acompanhar a evolução e atualização da indústria tecnológica. Isso não seria diferente a RTP. No entanto, ao longo dos anos, a empresa estatal vem apostando em investimentos e novos desafios. Para não perder mercado e espaço em Portugal, inclui na sua estrutura projetos como a RTP Memória e o consolidado canal a cabo RTP N, que surge com um novo conceito e com uma nova programação onde tenta mesclar o conteúdo nacional com o regional, fazendo um reconhecimento do território português.

Muito tem se falado em Televisão de proximidade, Mídia de proximidade. Porém para a RTP há que destacar a “programação de proximidade”, no qual pretende apostar numa programação mais específica de uma determinada cidade ou região.

Não podemos deixar de citar que:

1. A proximidade e relação com o campo político e poder nacional. A RTP tem na sua marca e história esse registro;
2. A confusão conceitual entre um grupo de mídia estatal e não um grupo de mídia governamental;
3. O caminhar da administração e evolução que sempre depende de uma posição política e econômica de como anda o país;
4. Em Portugal cabe no cenário midiático uma TV estatal generalista e uma TV estatal voltada a campo cultural e alternativo, como a Dois, sendo esse diferenciado das demais emissoras privadas;
5. O grupo busca acompanhar a evolução das novas tecnologias e apostar no mercado nacional e internacional;
6. O cenário da mídia televisiva privada em Portugal ainda é muito recente, questão de mais de 12 anos. Isso demonstra ainda uma consolidação ao longo dos tempos. Não sabemos qual o rumo ou o caminho dessas empresas de mídia.

Sabemos que o caminho que aponta em processo de globalização é a evolução no ramo das tecnologias, novas parcerias, novas fusões e investimentos. Um mercado incerto e nebuloso se configura. Apresentando sempre surpresas aos investigadores neste campo.

17 Referências bibliográficas

BALSEMÃO CRITICA USO DOS MEDIA POR POLÍTICOS.

Jornal de Notícias, Porto, 17/10/2004a. p. 65

BARROSO, Ricardo Paz. RTP investe cada vez mais no documentário. *Jornal de Notícias*, Porto, 20/11/2004. p. 57

BAZI, Rogério Eduardo R. Reflexões sobre o telejornalismo regional a partir do pensamento Bourdiano. In: *XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM*. GT de Televisão. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, set. de 1999.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. *Rede Amazônica de rádio e televisão e seu processo de regionalização (1968-1998)*. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). UMESP, São Bernardo do Campo.

CÁDIMA, Franciso Rui. *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença, 1996.

CAMPONEZ, Carlos. *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva, 2002. p. 289.

COELHO, Pedro Manuel Rouxinol Samina. A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público: um estudo sobre a situação portuguesa. (*Dissertação - Mestrado*). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2003. p. 219.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. Sério Princípios. São Paulo: ática, 1990.

“ECRÃ CASEIRO CONTINUA A SER UMA ESPÉCIE DE ANESTÉSICO”. *Jornal de Notícias*, Porto, 21/11/2004b. p. 65

ESTEVES, João Pissarra. Os media e a questão da identidade: sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito. In: MIRANDA, José A. Bragança de; SILVEIRA, Joel Frederico da. (Orgs). *As ciências da comunicação na viragem do século XX. Actas do I Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Lisboa: Veja, 2002. pp.

FADUL, Anamaria. Decadência da cultura regional. Influência do rádio e da TV. In: *Comunicação e incomunicação no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1976.

FAUSTINO, Paulo. *A imprensa em Portugal: transformações e tendências*. Lisboa: Media XXI, 2004. p. 260

FESTA, Regina; SANTORO, Luiz Fernando. A terceira idade da TV: o local e o internacional. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

FIGUEIREDO, Alexandra; CÁDIMA, Francisco Rui; MARTINS, Zélia. Os media regionais em Portugal. In: PINHO, José Benedito. *Anuário Internacional de Comunicação lusófona*. LUSOCOM - Federação Lusófona de Ciências da Comunicação / INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Ano 1, nº 1. Lisboa/São Paulo, abril de 2003. pp.

GASPAR, Ana. Recuperação de espólio da RTP concluída em 2007. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/10/2004a. p. 61.

GASPAR, Ana. Instalações ampliadas para receber arquivos da RTP. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/12/2004b. p. 53.

- GASPAR, Ana. “Não vamos ter o canal de que todos gostam”. *Jornal de Notícias*, Porto, 26/12/2004c. p. 61.
- GASPAR, Ana. RTP compra nova versão de “A escrava Isaura”. *Jornal de Notícias*, Porto, 24/12/2004d. p. 53.
- GASPAR, Ana; BARROSO, Ricardo Paz. Direcção de informação demite-se em bloco. *Jornal de Notícias*, Porto, 16/11/2004. p. 53.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- GUTIÉRREZ OLÓRTEGUI, Mario. Imagens e imaginários de la televisión global. *Dia Logos de la comunicación*. Lima. N 9º 45. junio de 1996, pp. 30-38.
- HALL, Stuart. The Local and the Global: Globalization and Ethnicity. In: KING, Anthony D. *Culture globalization and the World-System: contemporary conditions for the representation of identity*. Londres: Macmilian, 1997.
- IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JANEIRO, Diogo. Avaliação negativa do jornalismo português. *Jornal de Notícias*, Porto, 18/11/2004. p. 57
- LOPES, Felisbela. Estratégias e rumos no panorama audiovisual português. In: PINTO, Manuel (Org.). *A comunicação e os media em Portugal (1995-1999): cronologia e leituras de tendências*. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: 2000. pp.

- MACIÁ MERCDEÉ, Juan. “La fuerza del periodismo local en la era de la globalización electrónica”. In: RAMOS FERNÁNDEZ, Fernando. *Estúdios de periodística V*. Número Especial dedicado al Periodismo Local. Facultad de Ciencias Sociales, Universidade de Vigo, Pontevedra, 1997. pp. 45-67.
- MARGATO, Dina. últimas notícias da RTPN na RTP Internacional. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/10/2004a. p. 65
- MARGATO, Dina. Luís Marinho é o mais provável sucessor. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/11/2004b. p. 61.
- MARGATO, Dina. José Alberto de Carvalho à frente da Informação. *Jornal de Notícias*, Porto, 18/11/2004c. p. 57.
- MARGATO, Dina. Vitória da RTP quebra jejum de uma década. *Jornal de Notícias*, Porto, 22/02/2005.
- MARGATO, Dina; BARROSO, Ricardo Paz. Director faz acusações de ingerência editorial. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/11/2004a. p. 53.
- MARGATO, Dina; BARROSO, Ricardo Paz. Administração explica episódio bicude que criou. *Jornal de Notícias*, Porto, 24/11/2004b. p.61.
- MARQUES, Alexandre. Guterres acusa Governo de tentar controlar os media. *Jornal de Notícias*, Porto, 12/11/2004. p. 18.
- MARQUES DE MELO, José; KUNSCH, Waldemar Luiz. *De Belém a Bagé: imagens midiáticas do Natal brasileiro*. São Bernardo do Campo: Unesco/Umesp, 1998. p. 320.
- MORAES, Dênis de. A dialética das mídias globais. In: *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997. p.

- MORAES, Dênis de. *O planeta mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.
- OLIVEIRA LIMA, Maria érica de. “O sertão vira mar no contrafluxo regional”. In: *II Econtros Luso-Galegos de Comunicação e Cultura/III Congreso Luso-Galego de Estudos Xornalísticos*. Consello de Cultura Galega. Santiago de Compostela, 2004.
- ORUÉ POZZO, Aníbal. Globalización, regionalización y medios masivos en tiempos de democracia. In: MARQUES DE MELO, José; NAVA, Rosa Maria (Orgs.). *Comunicação nas Américas: o diálogo Sul-Norte*. *Leopoldianum: Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos*. Ano 1, nº 1. Santos, set. de 1998.
- PEDROSA, Maria Ermelinda. TV públicas rendidas aos “reality shows”. *Jornal de Notícias*, Porto, 06/12/2004a. p. 57.
- PEDROSA, Maria Ermelinda. Canais públicos dominam informação. *Jornal de Notícias*, Porto, 27/12/2004b. p. 44.
- PCP RECLAMA RETIRADA DA RTPi DA REDE CABO SUIÇA. *Jornal de Notícias*, Porto, 14/12/2004c. p. 56.
- ROCHA, João Manuel. Um suspiro de alívio na RTP. *Público*. Lisboa, 27/09/2004. p. 45.
- RTP DEVE RECEBER 150 MILHÕES DE EUROS EM 2005. *Jornal de Notícias*, Porto, 17/10/2004d. p. 65
- RTP AÇORES QUER REFORÇAR A PRODUÇÃO PRÓPRIA. *Jornal de Notícias*, Porto, 30/10/2004e. p. 57.
- RTP OFICIALIZA COOPERAÇÃO COM TV MOÇAMBICANA. *Jornal de Notícias*, Porto, 30/10/2004f. p. 57.
- TELEVISÃO GALEGA CRIA CANAL DIGITAL EM 2005. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/12/2004g. p. 53.

- SANTOS, Agostinho. RTP encerra serviço de chat do Teletexto. *Jornal de Notícias*, Porto, 19/11/2004a. p. 61.
- SANTOS, Agostinho. “Fazer ficção histórica é fazer TV com dignidade”. *Jornal de Notícias*, Porto, 02/01/2005. p. 57.
- SCARDUELLI, Paulo. Network de bombacha: os segredos da TV regional da RBS. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1996.
- SIMÃO, Helena. Canal óbidos será lançado em janeiro. *Jornal de Notícias*, Porto, 14/11/2004. p. 61.
- SOUSA, Helena. “Políticas da comunicação: reformas e continuidades”. In: PINTO, Manuel (Org.). *A comunicação e os media em Portugal (1995-1999): cronologia e leituras de tendências*. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: 2000. pp.
- SOUSA, Helena; SANTOS, Luís Antonio. “RTP e serviço público: um percurso de inultrapassagem, dependência e contradição”. In: PINTO, Manuel (Org.). *Televisão e cidadania*. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga: 2003. pp. 55-75.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Comunicação regional e local na Europa Ocidental: situação geral e os casos portugueses e galego*. Disponível em www.bocc.ubi.pt 2003. pp. 1-47.
- STRAUBHAAR, Joseph; CAMPBELL, Consuelo; CAHOON, Kristina. From national to regional cultures: the five cultures and television markets of NAFTA. In: MARQUES DE MELO, José; NAVA, Rosa Maria (Orgs.). *Comunicação nas Américas: o diálogo Sul-Norte*. *Leopoldianum: Revista de*

Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos. Ano 1, nº 1. Santos, set. De 1998. pp. 111-113.

TVI DETEVE A MAIOR PARTE DA PUBLICIDADE. *Jornal de Notícias*, Porto, 23/10/2004h. p. 61.

17.1 Portais

AEIOU - www.aeiou.pt

CLIX - www.clix.pt

CUSCO - www.cusco.pt

DIRECTO - www.directo.co.pt

FBNET - www.fbnet.pt

IOL - www.iol.pt

LUSOMUNDO.NET - www.lusomundo.net

NETC - www.netc.pt

SAPO - www.sapo.pt

TELEWEB - www.teleweb.pt

TERRÀVISTA - www.terravista.pt

17.2 Sites

BOCC - Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação - <http://www.bocc.ubi.pt/>

OBERCOM - Observatório da Comunicação - www.obercom.pt

Secretaria de Estado da Comunicação Social - www.secs.pt

Instituto da Comunicação Social - www.ics.pt

Instituto das Comunicações de Portugal - www.icp.pt
Alta Autoridade para a Comunicação Social - www.aacs.pt
Sindicato dos Jornalistas - www.sinjor.pt
AIND - Associação Portuguesa de Imprensa - www.aind.pt
Agência de Meios Tempomedia - www.tempomedia.pt
Marketest - www.marketest.pt
Media Planning, AS - www.mediaplanning.pt
Sabatina - www.sabatinalda.pt
Eu sou jornalista - www.eusou.com/jornalista/
IIE - Educação para os Media - www.iie.min-edu.pt/proj/media/2000/index.html
APET - Associação Portuguesa de Espectadores de Televisão - www.cidadevirtual.pt/apet
Museu de Imprensa - www.imultimedia.pt/museuirtpress
CENJOR - Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas - www.cenjor.pt
ICAM - Instituto do Cinema, do Audiovisual e do Multimédia - www.icam.pt

17.3 Órgãos de Comunicação

Agência Lusa - www.lusa.pt
Diário Digital - www.diariodigital.pt
Portugal Diário - www.portugaldiario.iol.pt/pdiario/main.htm
Expresso - www.expresso.pt

www.bocc.ubi.pt

O Independente - www.oIndependente.iol.pt

Público - www.publico.pt

Jornal de Notícias - www.jn.pt

Correio da Manhã - www.correioManha.pt

A Bola - www.abola.pt

Record - www.record.pt

Rádiodifusão Portuguesa - www.rdp.pt

Rádio Renascença - www.rr.pt

TSF - www.tsf.pt

RTP - www.rtp.pt

TVI - www.tvi.pt

TV Cabo - www.tvCabo.pt